

Evandro Alexandre de Freitas, Capitão PM

**ÓBICES AO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA ÁREA DO 48º BPM, EM DECORRÊNCIA
DO NÃO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL EM PERÍODO
INTEGRAL.**

**Belo Horizonte
2010**

Evandro Alexandre de Freitas, Capitão PM

**ÓBICES AO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA ÁREA DO 48º BPM, EM DECORRÊNCIA
DO NÃO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL EM PERÍODO
INTEGRAL.**

Monografia apresentada à Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e e à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho/Fundação João Pinheiro, como requisito para aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP - 2010), sob a orientação do Maj PM Agostinho Dias Lacerda.

Belo Horizonte

2010

Evandro Alexandre de Freitas, Capitão PM

ÓBICES AO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA ÁREA DO 48º BPM, EM DECORRÊNCIA
DO NÃO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL EM PERÍODO
INTEGRAL.

Monografia apresentada à Academia de Polícia Militar e à Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho/Fundação João Pinheiro como requisito para aprovação no Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP - 2010).

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Maj PM Agostinho Dias Lacerda – 48ºBPM

Avaliador: Ten Cel PM José Geraldo de Lima – 48ºBP M

Avaliador: Professor Sérgio Luiz Félix da Silva - FJP

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2010.

ATA DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DE MONOGRAFIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de 2010, às 10h30min, na sala 18 do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, na Academia de Polícia Militar (APM), presentes todos os membros da banca examinadora, foi realizada a apresentação pública da monografia intitulada **“ÓBICES AO POLICIAMENTO OSTENSIVO NA ÁREA DO 48º BPM EM VIRTUDE DO NÃO FUNCIONAMENTO EM PERÍODO INTEGRAL DAS UNIDADES DA POLICIA CIVIL”**, elaborada pelo **CAP PM EVANDRO ALEXANDRE DE FREITAS** como requisito para obtenção do título de pós-graduado do Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP 2010, da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e do Centro de Pesquisa e Pós-graduação da Academia de Polícia Militar. Após a apresentação do trabalho, o discente foi argüido pelos membros da Banca Examinadora composta pelo orientador **MAJ PM AGOSTINHO DIAS LACERDA**, e pelos avaliadores **TEN CEL JOSÉ GERALDO DE LIMA** e **PROGESSOR SÉRGIO LUIZ FÉLIX DA SILVA**.

Após reunião, a banca considerou que a monografia ATENDEU AOS OBJETIVOS PROPOSTOS PELO CURSO DE FORMA SATISFATÓRIA e decidiu por UNANIMIDADE pela APROVAÇÃO.

Este documento expressa o que ocorreu durante a avaliação e vai assinado pelos membros da Banca Examinadora.

Orientador: AGOSTINHO DIAS LACERDA, MAJ PM – 48º B PM

Ass.: _____

Titulação: ESPECIALISTA

Avaliador: TEN CEL PM JOSÉ GERALDO DE LIMA – 48º BP M

Ass.: _____

Titulação: PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

Avaliador: PROFESSOR SÉRGIO LUIZ FÉLIX DA SILVA - FJP

Ass.: _____

Titulação: MESTRE

Nunca dê as costas a um possível futuro sem antes ter certeza de que não tem nada a aprender com ele.

(Richard Bach)

Dedico este trabalho a meus pais João Alexandre de Freitas e Margarida Geralda de Jesus, pelo sempre apoio ao meu ingresso na carreira policial militar, pela dedicação e sacrifícios em minha criação, que me tornaram capaz de buscar meus objetivos. À minha querida e sempre presente esposa, Gleidnéia Marçal de Freitas e aos meus queridos filhos, Tais e Douglas, motivos maiores de meu esforço, pelo amor, compreensão, pela superação das dificuldades diante de minha ausência e pelo irrestrito apoio na transposição desta jornada, imprescindível para minha carreira profissional. Aos meus queridos irmãos e a todos os policiais militares do 48º Batalhão da Polícia Militar que diuturnamente labutam em busca da paz social.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, o grande criador.

Ao meu orientador Maj PM Agostinho Dias Lacerda, pela excelência da orientação.

Aos Comandantes e comandados das Subunidades da guarnição do 48º BPM pelo imprescindível apoio na aplicação dos questionários.

À Polícia Militar de Minas Gerais e a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho/Fundação João Pinheiro pela qualidade do curso e corpo docente de alto nível técnico.

Aos professores e companheiros do CESP/2010 pela solidariedade e companheirismo.

Aos policiais militares e funcionários do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa e da Fundação João Pinheiro.

Enfim, a todos aqueles que de forma direta e indireta contribuíram para o término do curso e elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo, demonstrar, dentro do contexto atual de defesa social, a atuação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG), na atividade de prevenção e preservação da ordem pública, na área do 48º Batalhão da Polícia Militar (48º BPM), referindo-se ao encerramento de ocorrências registradas pela Polícia Militar (PM) nas delegacias da Polícia Civil (PC). Para tanto foi levado a efeito um estudo quantitativo, utilizando como estratégia de pesquisa o estudo dos princípios da Administração Pública, eficiência e economicidade, teorias sociais do crime, sendo a teoria das atividades rotineiras ou teoria das oportunidades e teoria da escolha racional do crime, além de documentos normativos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que regulamentam a atividade ostensiva de prevenção e uma pesquisa de campo. A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados aos Capitães e Tenentes comandantes de Companhias e Pelotões destacados e militares comandantes de viatura policial, além da realização de pesquisa bibliográfica e documental. Buscou-se, através de uma análise crítica, verificar como se dá a forma de encerramento de ocorrência na área do 48º BPM, o qual possui uma área formada por 04 (quatro) municípios, sendo Ibitaré a sede do 48º BPM, cidade que sedia, ainda, a 213ª Companhia Policial Militar, 214ª Companhia Policial Militar e 229ª Companhia Tático Móvel, município de Sarzedo sede do 3º Pelotão Policial Militar da 214ª Cia PM, Município de Mário Campos, sede do 3º Pelotão Policial Militar da 215ª Companhia Especial da Polícia Militar e município de Brumadinho, sede da 215ª Companhia Especial da Polícia Militar. Funcionando de forma integrada, cada Cia PM ou Pel PM corresponde a uma delegacia da Polícia Civil e são responsáveis pela mesma área, a Polícia Civil recebe diariamente as ocorrências de cada fração policial, no entanto, à noite, sábados, domingos e feriados estas delegacias não funcionam, sendo as ocorrências encaminhadas para o município de Betim, onde há uma delegacia de plantão que recebe as ocorrências das frações policiais citadas e de mais 11(onze) municípios; uma situação que gera diversos óbices ao policiamento preventivo. A pesquisa permitiu analisar e compreender de forma mais clara a forma de encerramento das ocorrências, os prejuízos, gastos gerados e dificuldades encontradas. Concluiu-se, portanto, que o encerramento de ocorrências na área do 48º BPM, necessita urgentemente de mudanças substanciais e efetivas para uma real continuidade dos serviços policiais, tanto da Polícia Militar quanto da Polícia civil, com profissionalismo e qualidade que atenda aos anseios da comunidade.

Palavras-chave: Ocorrências. Encerramento. Delegacias Policiais e Delegacias de Plantão.

ABSTRACT

This work aims at demonstrating the accomplishments of the Military Police of the state of Minas Gerais (PMMG), concerning nowadays social defense context. This study shows the prevention and preservation activities of the 48th PMMG Company, regarding the public order, by referring to the closure of police occurrences, recorded by the Military Police (PM) within Civil Police Departments. In order to do so, it was carried out a quantitative study based on the theories as follow: the principles of Public Administration regarding its principles of efficiency and economy; social theories of crimes, such as the theory of routine activities or the theory of opportunities and also the theory of the rational choice of crime, in addition to PMMG normative documents, which regulate the ostensive activity of prevention and also a field survey. The data collection was performed through questionnaires applied to Captains and Lieutenants commanders-in-chief of PMMG companies, and also to military commanders of police cars, besides utilizing specialized literature bibliography and documental researches. This study sought to verify, through a critical analysis, the way how the police occurrences close up in the region of the 48th PMMG Company, which covers an area of four cities, being Ibirité city, the headquarters of it. Ibirité city is also the headquarters of others three Military Companies: the 213th PMMG company, the 214th PMMG Company, and the 229th PMMG tactical Mobile Company. The other three cities are as follow: Sarzedo City is the headquarter of the 3rd regiment of the 214th PMMG Company; Mário Campos City is the headquarter of the 3rd regiment of the 215th PMMG Special Company, and Brumadinho City is the headquarter of the 215th PMMG Special Company. Functioning within an integrated structure, each PMMG Company and regiment is related to a Civil Police delegacy (department), and together they are responsible for the same covered area. The Civil Police Departments receive daily police occurrences, however, at night, weekends – Saturdays and Sundays - and also holidays these departments do not operate, as a result, the police occurrences are sent to Betim City, where there is a Civil Police Department which receives their occurrences in these periods, besides receiving police occurrences from more eleven other cities. Such situation causes several troubles for the police preventive job. This research allowed analyzing and also comprehending in a clearer way the closing of such police occurrences, their damages, costs and the difficulties coped with. Therefore, this study concludes that the closing of the police occurrences in the area of the 48th PMMG Company must urgently encompass substantial and effective changes, in order to actually continue to focus on qualified services, both regarding Military and Civil Polices, that might answer the communities' wishes.

Keywords: police occurrences, closing up, Police (Delegacies) Departments, Full time Police (Delegacies) Departments.

LISTA DE TABELAS

TABELA Nº 01: Dados gerais do município de Ibitaré/MG.	35
TABELA Nº 02: Evolução da População do município de Ibitaré/MG.	36
TABELA Nº 03: Dados gerais do município de Sarzedo/MG.	39
TABELA Nº 04: Evolução da População do município de Sarzedo/MG.	40
TABELA Nº 05: Dados gerais do município de Mário Campos/MG.	42
TABELA Nº 06: Evolução da População do município de Mário Campos/MG.	43
TABELA Nº 07: Dados gerais do município de Brumadinho/MG.	46
TABELA Nº 08: Evolução da População do município de Brumadinho/MG.	47
TABELA Nº 09: Quantidade mensal de ocorrências registradas pelas viaturas do 48º BPM de acordo com os dias da semana.	50
TABELA Nº 10: Quantidade mensal de ocorrências encerradas pelas viaturas do 48º BPM na Delegacia de Plantão do município de Betim .	52
TABELA Nº 11: Tempo médio de empenho das pelas viaturas do 48º BPM em ocorrências encerradas na Delegacia de Plantão do município de Betim .	53
TABELA Nº 12: Quantidade de viaturas do 48º BPM e o gasto médio de combustível	58
TABELA Nº 13: Distâncias das sedes das frações e localidades do 48º BPM à sede da Delegacia de Plantão do município de Betim.	59
TABELA Nº 14: Valor mensal do gasto em combustíveis para custeio do encerramento de ocorrências pelas viaturas do 48º BPM na delegacia de plantão do município de Betim .	59
TABELA Nº 15: Amostra por postos e graduações dos policiais militares do 48º BPM que participaram do pesquisa de campo.	74

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 01: Índice de criminalidade violenta - Ibirité 2000 a 2009.	36
GRÁFICO Nº 02: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Ibirité/MG 2000 - 2009.	37
GRÁFICO Nº 03: Índice de criminalidade violenta - Sarzedo/MG 2000 a 2009.	40
GRÁFICO Nº 04: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Sarzedo/MG 2000 - 2009.	41
GRÁFICO Nº 05: Índice de criminalidade violenta - Mário Campos/MG 2000 a 2009	43
GRÁFICO Nº 06: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Mário Campos/MG 2000 - 2009.	44
GRÁFICO Nº 07: Índice de criminalidade violenta - Brumadinho/MG 2000 a 2009	47
GRÁFICO Nº 08: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Brumadinho/MG 2000 - 2009.	48
GRÁFICO Nº 09: Quantidade mensal de ocorrências registradas pelas viaturas do 48º BPM de acordo com os dias da semana.	51
GRÁFICO Nº 10: Tempo médio de empenho das viaturas do 48º BPM.	54
GRÁFICO Nº 11: Grau de prejuízo causado ao planejamento do policiamento preventivo	76
GRÁFICO Nº 12: Grau de prejuízo causado ao planejamento para o controle da criminalidade.	78
GRÁFICO Nº 13: Nível de reclamação da comunidade.	79
GRÁFICO Nº 14: Grau de prejuízo à fixação das viaturas em seus setores.	80
GRÁFICO Nº 15: Frequência de alterações nas escalas de serviço.	81
GRÁFICO Nº 16: Prejuízos para coordenação e controle do turno de serviço.	82
GRÁFICO Nº 17: Aumento da demanda reprimida referente ao nº ocorrências em espera.	83
GRÁFICO Nº 18: Aumento da demanda reprimida referente ao nº de ocorrências não atendidas por falta de viaturas.	84
GRÁFICO Nº 19: Prejuízo à ostensividade e ao policiamento preventivo.	85
GRÁFICO Nº 20: Tempo médio de empenho das viaturas.	86
GRÁFICO Nº 21: Cobrança da comunidade devido à demora no atendimento.	87
GRÁFICO Nº 22: Empenho das Gu Rp além do turno normal de serviço.	88
GRÁFICO Nº 23: Interferência do encerramento de ocorrência fora do setor de patrulhamento na quantidade de ocorrências geradas no turno de serviço.	89
GRÁFICO Nº 24: Avaliação da distância percorrida para encerramento de	90

ocorrências.

GRÁFICO Nº 25: Frequência dos deslocamentos para encerramento de ocorrência fora do setor de patrulhamento.	91
GRÁFICO Nº 26: Tempo médio de empenho em ocorrências encerradas na Delegacia do seu setor quando não há lavratura do flagrante.	92
GRÁFICO Nº 27: Tempo médio de empenho em ocorrências encerradas na Delegacia de Plantão do Município de Betim não há lavratura do flagrante.	93
GRÁFICO Nº 28: Tempo médio de empenho em ocorrências encerradas na Delegacia do seu setor quando há lavratura do flagrante.	94
GRÁFICO Nº 29: Tempo médio de empenho em ocorrências encerradas na Delegacia de plantão do Município de Betim há lavratura do flagrante.	95
GRÁFICO Nº 30: Riscos de acidentes gerados pelos deslocamentos para encerramento de ocorrência.	96
GRÁFICO Nº 31: Envolvimento em acidente com a viatura nos deslocamentos para encerramento de ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim.	97
GRÁFICO Nº 32: Limite de gasto de combustível.	98

LISTA DE FIGURAS

FIGURA Nº 01: Localização geográfica de Minas Gerais.	29
FIGURA Nº 02: Localização geográfica do 48 BPM em Minas Gerais.	30
FIGURA Nº 03: Mapa da área geográfica dos municípios que compõem o 48º BPM.	30
FIGURA Nº 04: Mapa da área geográfica do município de Ibirité.	35
FIGURA Nº 05: Mapa da área geográfica do município de Sarzedo.	39
FIGURA Nº 06: Mapa da área geográfica do município de Mário Campos.	42
FIGURA Nº 07: Mapa da área geográfica do município de Brumadinho.	46
FIGURA Nº 08: Representação da Teoria das Atividades Rotineiras.	63
FIGURA Nº 09: Esquema Representativo da Teoria das Oportunidades.	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACISP	Área de Coordenação Integrada de Segurança Pública
AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
ÁREA	Espaço territorial sob a responsabilidade de um Batalhão.
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BO	Boletim de Ocorrência
CESP	Curso de Especialização em Segurança Pública
CIA	Companhia
CIA TM	Companhia Tático Móvel
CICOP	Centro Integrado de Coordenação Operacional
CINDS	Centro Integrado de Defesa Social
CONSEP	Conselho Comunitário de Segurança Pública
CPU	Coordenador do Policiamento da Unidade
DPSSP	Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública
DRPC	Delegacia Regional de Polícia Civil
GURP	Guarnição de Radiopatrulhamento
HAB	Habitantes
IC	Índice de Criminalidade
ICV	Índice de Criminalidade Violenta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
KM	Kilômetro
MG	Minas Gerais
PC	Polícia Civil
PEL	Pelotão
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
REDS	Registro de Evento de Segurança Pública
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
RPM	Região de Polícia Militar
SIDS	Sistema Integrado de Defesa Social
SUB-ÁREA	Espaço territorial sob a responsabilidade de uma Campanha.
UEOp	Unidade de Execução Operacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2. OBJETO DE ESTUDO	20
2.1 Tema	20
2.2 Delimitação do tema	20
2.3 Objetivos	20
2.4 Justificativa	21
2.5 Definição dos termos	25
2.6 Contexto da ação policial na área do 48° BPM	29
2.6.1 Histórico Geral do 48° BPM	29
2.6.2 Dados Gerais de cada Município	34
3 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INTRÍNSECOS À PESQUISA	48
3.1 Princípio da Eficiência	48
3.2 Princípio da Economicidade	57
4 TEORIAS DA CRIMINALIDADE	61
4.1 Teoria das atividades rotineiras ou teoria das oportunidades	61
4.2 Teoria da escolha racional ou Teoria econômica do crime	66
5 METODOLOGIA	68
5.1 Problema	68
5.3 Hipótese básica	69
5.4 Variáveis	69
5.5 Relação entre as variáveis	69
5.6 Tipo de pesquisa quanto aos objetivos	69
5.7 Tipo de pesquisa quanto ao modelo conceitual operativo	70
5.8 Natureza da pesquisa	70
5.9 Método de abordagem	70
5.10 Método de procedimento	70
5.11 Técnicas	71

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	76
6.1 Análise dos questionários dos comandantes de Fração.	76
6.1 Análise dos questionários dos CPU.	72
6.3 Análise dos questionários dos comandantes de Guarnições.	88
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICES	108

1 INTRODUÇÃO

Constitui-se tema desta pesquisa uma análise das atividades desenvolvidas pela Polícia Militar na área do 48º BPM, responsável pelos municípios de Ibité, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho, sob o enfoque da forma do encerramento das ocorrências nas Delegacias da Polícia Civil, à noite, aos sábados, domingos e feriados.

A questão do encerramento de ocorrências na área do 48º BPM é crítica e necessita de avaliação tendo em vista os problemas e prejuízos decorrentes da falta de funcionamento em período integral das Delegacias da Polícia Civil existentes na área do 48º BPM e Integrantes de cada Área Integradas de Segurança Pública (AISP).

Esse trabalho delimitou-se à análise da operacionalidade na área do 48º BPM, quanto ao encerramento das ocorrências atendidas pela PM nos municípios de Ibité, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho, à noite, aos sábados, domingos e feriados no ano de 2009, com foco nos princípios da administração que regulam a execução do serviço público, teorias sociais do crime e documentos normativos da PMMG que regulamentam a atividade ostensiva de prevenção de crimes.

O objetivo geral da pesquisa foi o de identificar os óbices enfrentados pelo policiamento ostensivo e os prejuízos gerados na área do 48º BPM face ao não funcionamento das unidades da Polícia Civil em período integral.

Os objetivos específicos foram: descrever os prejuízos causados à operacionalidade em ocorrências encerradas fora do horário comercial; mensurar os gastos causados pelos deslocamentos para encerramento das ocorrências; verificar o tempo gasto em ocorrências encerradas fora do horário comercial pelas viaturas das frações do 48º BPM.

Esse estudo justifica-se pelo fato de que na área do 48º BPM, nos 04 (quatro) municípios que o compõem, cada Cia PM ou Pel PM corresponde a uma delegacia da PC e são responsáveis pela mesma área, sendo que a PC recebe diariamente as ocorrências de cada fração policial. No entanto, à noite, sábados, domingos e feriados estas delegacias não funcionam, sendo as ocorrências encaminhadas para o município de Betim, onde há uma delegacia de plantão que recebe as ocorrências das frações policiais citadas e de mais 11 (onze) municípios.

Esta situação gera inúmeros óbices ao policiamento ostensivo realizado pela PM, diversas dificuldades aos militares que trabalham no serviço ostensivo de radiopatrulhamento e ainda prejuízos e gastos desnecessários pelos grandes deslocamentos realizados para o encerramento das ocorrências.

A pergunta norteadora dessa pesquisa foi a de investigar quais os prejuízos operacionais, os gastos financeiros e o aumento do tempo de empenho das viaturas na área do 48º BPM são ocasionados pela falta de um funcionamento em período integral das unidades da Polícia Civil.

Nesse enfoque busca-se uma maior efetividade na atuação da polícia militar, a fim de que se possa oferecer respostas mais eficientes na atividade operacional, particularmente no encerramento das ocorrências.

Pretende-se mostrar como a atual situação está desarticulada da normalidade e da eficiência com que o serviço público tem que ser desempenhado.

Buscar alternativas para uma melhor prestação de serviço à comunidade é fundamental para a Polícia Militar, porque deve-se “encantar” o cidadão, oferecer serviços e produtos que caminhem ao encontro dos seus interesses e das suas reais necessidades.

Formulou-se como hipótese básica que o não funcionamento em período integral das unidades da Polícia Civil implica em prejuízos para a operacionalidade do 48º BPM, gera gastos para a administração pública e aumenta sobremaneira o tempo de empenho em ocorrências das viaturas da unidade.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, para a qual foi realizada uma pesquisa de campo com aplicação de questionários. Como técnica de pesquisa, utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica. Esta última teve como ênfase uma abordagem recente das teorias sociais do crime, particularmente a teoria das atividades rotineiras ou teoria das oportunidades e a teoria econômica do crime ou teoria da escolha racional do crime. No campo do direito relacionado à administração pública, essa pesquisa abordou dois princípios fundamentais ligados ao tema, a saber, o da eficiência e o da economicidade. Fez-se ainda uma pesquisa junto aos documentos normativos da PMMG que regulamentam a atividade ostensiva de prevenção, com autores tais como: Moreira Neto (2009), Meirelles (2007), Oliveira (2006), Batista Júnior (2004), Garcia (2002), Nóbrega e Figueiredo (2002), Meirelles (1996), Marçal (2000) Clarke e

Feslon (1998), Gottfredson e Hirschi (1990) apud Magalhães (2004), Wilson e Herrnstein (1985) apud Magalhães (2004).

Para a compreensão do objeto de estudo, este trabalho foi dividido em sete seções, incluindo esta introdução que apresenta o tema e a sua estruturação.

Na segunda seção, faz-se a caracterização do objeto de estudo, em que se definiu e delimitou-se o tema, traçando os seus objetivos, geral e específicos, a justificativa, a definição dos termos e o contexto das ações policiais na área do 48º BPM.

Na terceira seção, apresenta-se a fundamentação teórica, abordam-se os princípios da Administração Pública, enfatiza-se o princípio da eficiência e o princípio da economicidade, demonstra-se a importância da realização de serviços públicos com qualidade e que atendam aos anseios da comunidade.

Na quarta seção, abordam-se as teorias da criminalidade enfatizando a teoria da oportunidade e a teoria econômica ou da escolha racional do crime, demonstrando a importância da realização de um policiamento ostensivo contínuo e que produza efeitos preventivos.

A quinta seção apresenta a metodologia utilizada para a consecução do trabalho, na qual se especificam o método de abordagem, os métodos dos procedimentos, os tipos e técnicas utilizadas, o universo da pesquisa e suas limitações.

A sexta seção refere-se à apresentação, análise e interpretação dos dados coletados por meio das pesquisas documentais, de questionários aplicados, com o intento de comprovar a hipótese elaborada.

Na sétima seção, apresentam-se, de forma resumida e objetiva, a conclusão e as sugestões resultantes da pesquisa realizada.

2 OBJETO DE ESTUDO

2.1 Tema

Óbices ao policiamento ostensivo na área do 48º BPM, em decorrência do não funcionamento das unidades da Polícia Civil em período integral.

2.2 Delimitação do tema

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, escolheu-se a área do 48º BPM, a qual é formada por 04 (quatro) municípios, sendo Ibirité que é a sede do 48º BPM e possui a 213ª Companhia Policial Militar, 214ª Companhia Policial Militar e 229ª Companhia Tático Móvel; município de Sarzedo, sede do 3º Pelotão Policial Militar da 214ª Cia PM; Município de Mário Campos, sede do 3º Pel PM da 215ª Companhia Especial da Polícia Militar e município de Brumadinho, sede da 215ª Companhia Especial da Policial Militar. Realizou-se para tanto uma análise da operacionalidade no que se refere ao encerramento de ocorrências no ano de 2009.

2.3 Objetivos

2.3.1 Objetivo geral

Identificar os óbices enfrentados pelo policiamento ostensivo e os prejuízos gerados na área do 48º BPM face ao não funcionamento das unidades da Polícia Civil em período integral.

2.3.2 Objetivos específicos

Mensurar os gastos causados pelos deslocamentos para encerramento das ocorrências;

Verificar o tempo gasto em ocorrências encerradas fora do horário comercial pelas viaturas das frações do 48º BPM.

Descrever os prejuízos causados à operacionalidade em decorrência de ocorrências encerradas fora do horário comercial;

2.4 JUSTIFICATIVA

Na área do 48° BPM, que é responsável pelas cidades de Ibirité, Sarzedo, Mário campos e Brumadinho, o encerramento de ocorrências operacionais atualmente é realizado de duas formas distintas. Uma refere-se ao encerramento diretamente nas delegacias policiais existentes em cada AISP, para as ocorrências encerradas até as 18h00min dos dias úteis. A outra se trata do encaminhamento das ocorrências para a Delegacia de Plantão em Betim, daquelas encerradas a partir das 18h00min dos dias úteis, aos sábados, domingos e feriados.

A forma de encaminhamento das ocorrências para a Delegacia de Plantão em Betim tem prejudicado sobremaneira a qualidade do serviço prestado à sociedade como um todo, onerado os cofres públicos, causado insatisfação à população atendida, pela demora no atendimento, o que muitas vezes se traduz no seio da comunidade como ineficácia da Polícia Militar.

Essa situação distancia a Polícia Militar da comunidade, deturpa a qualidade do trabalho e prejudica a realização de um trabalho de forma técnica e enquadrada nos princípios do Policiamento Ostensivo. Dificulta a colocação em prática da filosofia de Polícia Comunitária que tem como pressupostos básicos principais a prioridade da atuação preventiva da PMMG como atenuante de seu emprego repressivo, presença mais permanente do militar junto a uma determinada localidade e agilidade nas respostas às necessidades de proteção e socorro da comunidade, clientes e usuários do serviço público de segurança, pois, impede a aproximação do policial com a comunidade e a busca de soluções conjuntas, por um motivo muito simples, a falta de tempo dos policiais, devido ao excessivo tempo gasto em uma simples ocorrência

Constitui óbice também à execução da filosofia de Direitos Humanos, impedindo a PMMG de executar o policiamento ostensivo e a prevenção em toda a sua plenitude, pois, a falta de um atendimento de um representante do Estado a uma vítima potencial, não garantirá seus direitos em sua plenitude, e muitas vezes, ferirá a dignidade da pessoa humana.

Tal forma de encerramento de ocorrência causa sérios problemas à operacionalidade da unidade, fazendo com que a execução do policiamento preventivo ostensivo burle suas características, princípios, modalidades e variáveis, dificultando o alcance das metas e resultados propostos no plano de metas do governo do estado.

A PMMG tem que ser multipresencial para dar à comunidade a sensação de presença real da polícia ao seu lado a todo tempo, constituindo-se em medidas preventivas e de segurança, para evitar o acontecimento de delitos e de violações de normas.

Segundo a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/2002-CG, o policiamento ostensivo é um serviço indispensável e que desempenha um papel de primeira importância na consecução dos objetivos finais da polícia, sendo a única forma de serviço policial que, diretamente, trata de eliminar a oportunidade do mau comportamento e reprime o desejo de delinquir, destruindo as influências daninhas. Para essa consecução é imprescindível a presença real da PMMG no setor de patrulhamento através de suas guarnições policiais militares.

A ação de presença, uma das características do Policiamento Ostensivo, a antecipação, um princípio do Policiamento Ostensivo, são conceitos de atuação da PM que levam a importantes resultados preventivos na incidência criminal.

Diretrizes da Polícia Militar acerca do Policiamento

A PMMG, órgão responsável pela Segurança Pública, por força da constituição de 1988, padronizou e normalizou toda sua atuação operacional através da DPSSP (Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública) nº 01/2002-CG, que regula o emprego da Polícia Militar de Minas Gerais na segurança pública, estabelecendo de forma ampla a atuação da PMMG com ênfase na gestão pública orientada por resultados e uma prestação de serviço com qualidade e eficiência, ressaltando que

no contexto sistêmico da Defesa Social, a Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública, prevenindo ou inibindo atos anti-sociais, atuando repressivamente na restauração da ordem pública, adotando medidas de proteção e socorro comunitários ou atuando em apoio aos órgãos da administração pública, no exercício do poder de polícia que lhes couber (DPSSP 01/2002, p 6).

Desse modo, torna-se prioritário o desenvolvimento, por parte de cada comando, de métodos de acompanhamento e estudo técnico-científico da evolução da criminalidade e da violência em suas respectivas circunscrições, com o apontamento e correção de distorções e óbices que estejam gerando falhas ou comprometendo a prestação de serviços à população. [...] A partir dessa análise, cada comando, nos diversos níveis, deve definir como organizar, dispor no espaço urbano e gerencial a Polícia Militar em sua circunscrição, com o objetivo de produzir serviços de qualidade e que atendam aos anseios do público alvo desta prestação de serviços (DPSSP 01/2002, p 8).

A Polícia Militar, visando ajustar a conduta dos seus administradores em uma nova ordem mundial advinda da globalização, editou a DPSSP nº 06/2006-CG, que regula o papel do administrador da polícia ostensiva de preservação da ordem pública, sob os efeitos sociais, políticos e econômicos da globalização, a qual, ao falar sobre a exaustão paradigmática no campo da segurança pública, estabelece que o país esteja atravessando um período em que a evolução do modelo de policiamento voltado para a gestão de problemas é altamente necessária, ressaltando que

[...] novos valores começam a ganhar força, como o do *governo preventivo* e da *atuação integrada de organizações* [...] os governos burocráticos tradicionais se concentram na prestação de serviços destinados a enfrentar problemas. Contra a doença, custeiam serviços médicos e, para combater o crime, aumentam o aparato policial. As organizações baseadas no modelo burocrático, explicam os autores, esperam instalar-se a crise para prestar serviços (DPSSP 06/2002-CG, p. 5).

Esse novo quadro [governo preventivo e atuação integrada de organizações] significa que a gerência no cenário intergovernamental está passando por uma mudança importante: a tradicional atuação isolada pelas respectivas entidades organizacionais que compõem o governo está sendo substituída pela perspectiva da coordenação baseada em interdependência. [...] Em termos práticos, representa uma relação para além da pura boa-vizinhança e cordialidade entre órgãos, posto que requer uma atuação entre agentes novos, como organizações não-governamentais e entidades civis, antes relegados a um plano secundário, no processo de solução de problemas da segurança pública (DPSSP 06/2002-CG, p. 6).

Esse documento estabelece diretrizes básicas para o planejamento, coordenação, execução e controle, em todo o Estado, das atividades relacionadas à gestão dos recursos públicos na PMMG, bem como sua adaptação cultural e conceitual às mudanças sociais, políticas e econômicas provocadas pela globalização.

O mundo globalizado exige das empresas um acompanhamento permanente das mudanças e tendências evolutivas dos mercados. A Polícia Militar, na condição de órgão público prestador de serviços de segurança pública à sociedade, também necessita estar sempre presente e capacitada para combater os criminosos e garantir um ambiente de paz e tranquilidade nas comunidades em que atua.

O distanciamento das viaturas da PMMG de seus locais de atuação para o encerramento de ocorrências não corresponde com a atual forma de atuação da PMMG voltada para a busca de resultado, alcance de metas e excelência nas atividades.

Além dos prejuízos causados à forma de prestação de serviço pela Polícia Militar à Comunidade, essa situação gera também gastos financeiros à Administração pública, o que tem que ser considerado, analisado e dimensionado.

Somente através da realização de um trabalho científico que avalie os óbices e prejuízos que a forma atual de encerramento de ocorrências tem causado à operacionalidade do 48º BPM e todos os impactos negativos causados à sociedade é que se terá uma ferramenta capaz de sensibilizar os órgãos componentes do Sistema de Defesa Social em prol de uma solução eficiente do problema.

2.5 DEFINIÇÃO DOS TERMOS

Constitui como meta principal destas definições tornar os termos claros e adequados, a fim de propiciar uma melhor compreensão da realidade observada e evitar interpretações errôneas.

2.5.1 Ação Policial-Militar

É o desempenho isolado de fração elementar ou constituída, com autonomia para cumprir missões rotineiras. (MINAS GERAIS, 2002).

Pode ter caráter operacional, administrativo ou de treinamento.

2.5.2 Área

É o espaço físico atribuído à responsabilidade de um Batalhão de Polícia Militar (BPM) ou Regimento de Polícia Montada (RP Mont). (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.3 Sub-Área

É o espaço físico atribuído à responsabilidade de um Companhia de Polícia Militar (CIA PM) ou Companhia Especial de Polícia Militar (CIA ESP PM). (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.4 Guarnição

É a reunião de tropas em uma mesma localidade. Na Polícia Militar, são Guarnições:

Guarnição Policial-Militar (Gu PM).

Constituem uma Gu PM as Unidades de Execução situadas na mesma sede, município ou região conurbada, subordinadas ou não ao mesmo Comando Intermediário e executando atividades peculiares, de policiamento ostensivo geral, rodoviário, de trânsito e ambiental.

Os destacamentos e sub-destacamentos policiais militares, isolados, constituem a guarnição policial-militar dos respectivos municípios onde estão sediados.

Quando a situação das instalações físicas o permitir, as frações de policiamento ostensivo geral, rodoviário e ambiental serão reunidas em um único prédio. (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.5 Guarnição de Radiopatrulha (Gu Rp)

É a denominação do efetivo que guarnece uma viatura operacional, suplementado com rádio, com incumbência de execução de policiamento ostensivo. (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.6 Operação policial-militar

É a conjugação de ações executadas por uma tropa ou suas frações constituídas, que exige planejamento específico.

A operação pode ter caráter estratégico, tático ou operacional, administrativo ou de treinamento a ser desenvolvida por Comandos Intermediários, Unidades, Subunidades ou outras frações isoladas ou em conjunto. Pode envolver ainda ações conjugadas de força policial-militar, combinadas com outras forças policiais ou militares, para o cumprimento de missões específicas, com a participação eventual de órgãos de apoio da Corporação e de órgãos integrantes do Sistema de Defesa Social.

Exige alto grau de coordenação e de controle. O escalão superior deve ser informado frequentemente do andamento das operações. Os Comandos Intermediários e Unidades, vizinhos à área de operações, devem ser orientados no sentido de permanecerem atentos e alertas para emprego até o final da operação.

Quando os componentes de uma fração, no curso de uma ação ou operação policial, penetrarem na área, sub-área, setor ou sub-setor de outra UEOp, deverão notificá-los pelos meios possíveis, não deixando que esta atribuição prejudique o curso da diligência. (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.7 Polícia ostensiva

É a atividade de preservação da ordem pública executada com exclusividade pela Polícia Militar, observando características, princípios e variáveis próprias, visando à tranquilidade pública.

2.5.8 Tranquilidade pública

É o estágio em que a comunidade se encontra num clima de convivência harmoniosa e pacífica, representando assim uma situação de bem-estar social (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.9 Tática policial-militar

É a arte de empregar a tropa em ações e operações policiais-militares (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.10 Técnica policial-militar

É o conjunto de métodos e procedimentos usados para a execução eficiente das atividades policiais-militares (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.11 Cliente/usuário

É toda pessoa física ou jurídica que solicita a intervenção operacional da PMMG por intermédio do telefone emergencial 190. É aquele que usa ou desfruta da atuação do serviço público coletivo.

2.5.12 Controle social:

Para Cohen (1985), é o conjunto de meios pelos quais uma sociedade responde aos indivíduos ou grupos sociais que, de alguma maneira, colocam em risco a ordem estabelecida. A tradição funcionalista apresenta o controle social como resultado espontâneo, não coercitivo, do organismo social como uma coesão ética que se expressa através do consenso social.

2.5.13 Sociedade

Totalidade das organizações e instituições cívicas voluntárias que formam a base de uma sociedade em funcionamento, por oposição às estruturas apoiadas pela força de um estado (independentemente de seu sistema político).

2.5.14 Defesa social

Defesa Social é o conjunto de ações desenvolvidas por órgãos, autoridades e agentes públicos, cuja finalidade exclusiva ou parcial seja a proteção e o socorro público, através da prevenção ou repressão de ilícitos penais, ou infrações administrativas. A Defesa Social visa, antes de tudo, a atingir um elenco de soluções que levem à harmonia social. A Defesa Social consiste, então, num conjunto de ações adotadas para proteger os cidadãos contra os riscos decorrentes da própria sociedade. A Defesa Social é exercida pelos poderes constituídos, instituições, órgãos e entidades públicos ou privados, que tenham por fim proteger o cidadão e a sociedade, através de mecanismos que assegurem a ordem pública (MINAS GERAIS, 2002).

2.5.15 Eficiência

Segundo Ferreira (1977), o vocábulo eficiência vem do latim *efficientia*, e significa ação, força, virtude de produzir um efeito. Ela refere-se à relação entre os resultados obtidos e os recursos empregados e representa uma medida segundo a qual os recursos são convertidos em resultados de forma mais econômica.

2.5.16 Economicidade

De acordo com o Ferreira, economicidade é “a qualidade do que é econômico que, por consequência, define a escala de valores que permite aceitar ou recusar os resultados econômicos obtidos” (1977, p.172).

O vocábulo economicidade se vincula, no domínio das ciências econômicas e de gestão, à idéia fundamental de desempenho qualitativo. Trata-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico.

2.6 CONTEXTO DA AÇÃO POLICIAL NAS CIDADES DO O 48° BPM

2.6.1 Histórico geral do 48° Batalhão da Polícia Militar

O 48° BPM (Batalhão da Polícia Militar) foi criado em 27 de abril de 2007 e localiza-se na Avenida Marechal Hermes, 282, bairro Duval de Barros, Ibité/MG.

Localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, a área do 48° BPM compreende quatro municípios sob sua responsabilidade de policiamento ostensivo: Ibité, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho.

A população atendida é de cerca de 232.997 (duzentos e trinta e dois mil novecentos e noventa e sete) habitantes em uma área de total de 805 (oitocentos e cinco) Km².

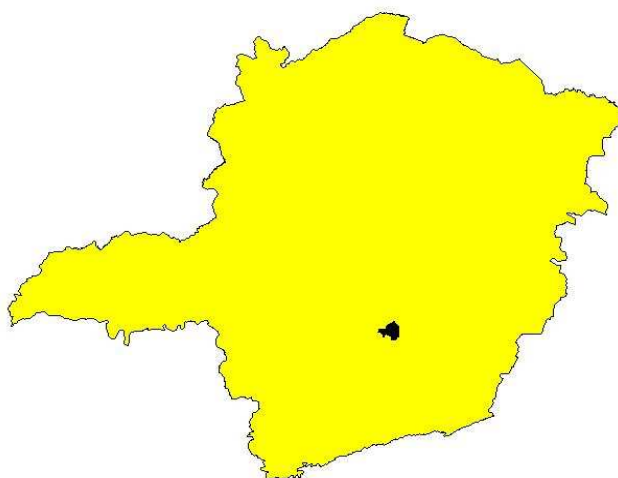
(Fonte: Seção de Planejamento de operações do 48° BPM)

Figura 01: Localização Geográfica de Minas Gerais



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informação (CEI).

Figura 02: Localização Geográfica do 48º BPM em Min as Gerais



Fonte: Seção de Planejamento e operações do 48º BPM

A figura 03 mostra toda a área do 48º BPM, as cidades que o compõem e todas as cidades que fazem divisa com cada município.

Figura 03: Mapa Territorial da área do 48º BPM



Fonte: Seção de Planejamento e operações do 48º BPM

2.6.1.1 Características do crime e da violência

O 48° BPM possui realidades diferentes no tocante às características das cidades sob sua responsabilidade.

A cidade de Ibirité, sede da unidade, apresenta-se como uma cidade de médio porte que cresceu rapidamente e teve uma ocupação desordenada de grande parte de seu território. Já as outras cidades, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho, são cidades de pequeno porte, que apesar da forte influência recebida da capital em termos de urbanização, crescimento, criminalidade e modo de vida das pessoas, ainda preservam características de cidades típicas do interior de Minas Gerais, com índice de criminalidade menos acentuado, no entanto, preocupante do ponto de vista da manutenção da ordem pública.

No Brasil, a urbanização acelerada ocorrida entre 1950 e 1970, propiciou que as características rurais perdessem espaço para o contexto urbano, levando um grande número de pessoas a trocarem o campo pela cidade.

O processo de expansão pelo *locus* urbano intensificou-se após a Revolução Industrial, contribuindo significativamente para a diminuição da eficiência das instituições de controle social na medida em que o anonimato característico das concentrações urbanas propicia um estímulo à prática de crimes.

Nascimento explica que

[...] nas cidades pequenas e no campo, as pressões sociais cotidianas, funcionam como amarras que sustentam determinados comportamentos, muitas vezes conservadores. São espaços onde o controle social é mais intenso, as relações preponderantes são as primárias, havendo maior coesão social. Nas cidades de médio e grande porte ocorre o inverso, ou seja, as relações são secundárias e anônimas. Sendo assim, a vida nas grandes cidades facilita de alguma forma, a transgressão de velhas normas e regras e a adoção de novas (2002, p.20).

É de fácil percepção a diferença no cotidiano das cidades pertencentes ao 48° BPM.

O crescimento acelerado, que ocorreu em Ibirité e que atualmente ainda ocorre em Sarzedo, tem sido responsável por uma criminalidade mais acentuada nessas cidades.

Para Kliksberg (1997, p. 41) “a desigualdade, a pobreza e, principalmente, o desemprego juvenil estão contribuindo para o crescimento acelerado da criminalidade em diversas sociedades em desenvolvimento”.

Além dos fatores positivos oriundos do crescimento de uma cidade, como o crescimento econômico e o desenvolvimento, merecem destaque o surgimento de favelas, a ineficiência do saneamento básico, o desemprego, a degradação da condição social. Todos esse fatores contribuem de forma substancial para os desequilíbrios sociais, condicionantes da criminalidade e da violência, ocasionando situações que ocorrem de forma nítida nas cidades que compõem o 48º BPM.

Sapori afirma que

“[...] nessa medida e diante da necessidade de se buscar novas alternativas de enfrentamento do problema, as instituições responsáveis pela segurança pública, em especial as polícias civil e militar, não obstante as constantes transformações que vêm ocorrendo desde a (re) democratização brasileira, têm intensificado desde o início do século XXI, sua modernização. Apesar da cultura militar a Polícia Militar tem se adequado de forma mais efetiva e competente a esta nova configuração do ambiente social (2007, p. 100).

Para enfrentar o problema da criminalidade, inúmeras estratégias foram desenvolvidas e aplicadas nas cidades que compõem o 48º BPM com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade e violência, tais como: estabelecimento de metas; atuações pontuais e operações constantes em áreas com alto índice de criminalidade. Essas estratégias fazem parte de um processo recente de modernização da defesa social e tem se materializado através do desenvolvimento de uma série de projetos e programas, que demonstram a soberania do Estado ao utilizar da força na manutenção da ordem.

2.6.1.2 Identificação e endereços do 48º Batalhão da Polícia Militar e de suas demais frações subordinadas.

48º Batalhão da Polícia Militar

Rua Marechal Hermes, Nr 282, Bairro Duval de Barros
Ibirité /MG

229ª Cia – Tático-Móvel:

Localizada na sede do 48º Batalhão
Rua Marechal Hermes, Nr 282, Bairro Duval de Barros
Ibirité /MG

213ª Cia PM

Localizada na sede do 48º Batalhão
Rua Marechal Hermes, Nr 282, Bairro Duval de Barros
Ibirité /MG.

214ª Cia PM

Rua do Rosário, Nr 320, Bairro Alvorada
Ibirité /MG.

3º Pelotão / 214ª Cia PM

Rua Eloi Cândido de Melo, Nr 110, Vila Satélite
Sarzedo /MG.

215ª Cia PM

Rua Itaguá, 3300, bairro Progresso do Rosário, Nr 320, Bairro Alvorada
Brumadinho /MG.

3º Pelotão / 215ª Cia PM

Rua João Carvalho de Oliveira, Nr 36, Bairro São Tarcísio
Mário Campos /MG.

2.6.2 Dados gerais de cada município

2.6.2.1 Município de Ibitaré

2.6.2.1.1 Considerações históricas

Ibitaré surgiu aproximadamente em 1890 como um povoado de nome de Vargem de Pantana, na freguesia de contagem município de Sabará. Tal povoado foi mais tarde escolhido pela educadora russa Helena Antipoff para ser a sede de suas obras que ainda são a referência maior da cidade. Ainda em 1890, passou a condição de vila, continuando a pertencer a Sabará. Em 1897, passou a pertencer ao município de Santa Quitéria, atualmente Esmeraldas. Em 1911, a região passou a integrar o município de Betim. Em 1923, teve sua denominação mudada para Ibitaré, palavra indígena que significa terra firme. Em 1938, passou à categoria de distrito pertencendo ao município de Betim, figurando a denominação atual. No dia 30 de dezembro de 1962, passa à categoria de município

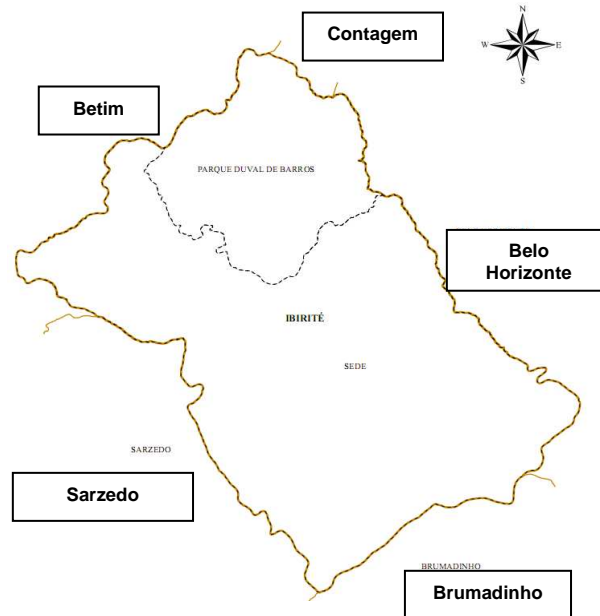
2.6.2.1.2 Situação Geográfica do Município

Abrangendo uma área de 73,027 Km², a cidade a 872 m de altitude e tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas de 20° 01'19" S e 44° 03'32" O.

O município de Ibitaré localiza-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e limita-se com os municípios de Belo Horizonte, Contagem, Betim, Sarzedo e Brumadinho.

As principais vias de acesso a Ibitaré são as rodovias federais BR 381 (Fernão Dias – Belo Horizonte / São Paulo) e a rodovia estadual MG-040 (Belo Horizonte / Piedade dos Gerais) e rodovia estadual Renato Azeredo.

Figura 04: Mapa geográfico do município de Ibirité.



Fonte: Prefeitura municipal de Ibirité.

2.6.2.1.3 Perfil Sócio-econômico:

Tabela 01: Dados gerais do município de Ibirité/MG.

ITENS	IBIRITÉ
População	159.476
Extensão Territorial (km ²)	73,027 Km ²
Densidade Demográfica (Hab/km ²)	2,034 hab/km ²
Bairros (nº)	66
PIB Per Capita Média	R\$ 5.567,00
Imóveis Residenciais (nº)	45560
Imóveis Comerciais (nº)	3544
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,729
PIB	643.543
Educandário	72
Hospitais / Postos de saúde	18
Garagens de Coletivos	4
Principal Ramo de Atividade	Agricultura
Ramos Secundários de atividade	Mineração, indústria e comercio
Bancos	05
Casas Lotéricas	03
Joalherias/Relojoarias	07
Padarias	09
Farmácias / Drogarias	08
Supermercados	18
Postos de Combustíveis	04
CONSEP	02

Fonte: Prefeitura municipal de Ibirité, 2010.

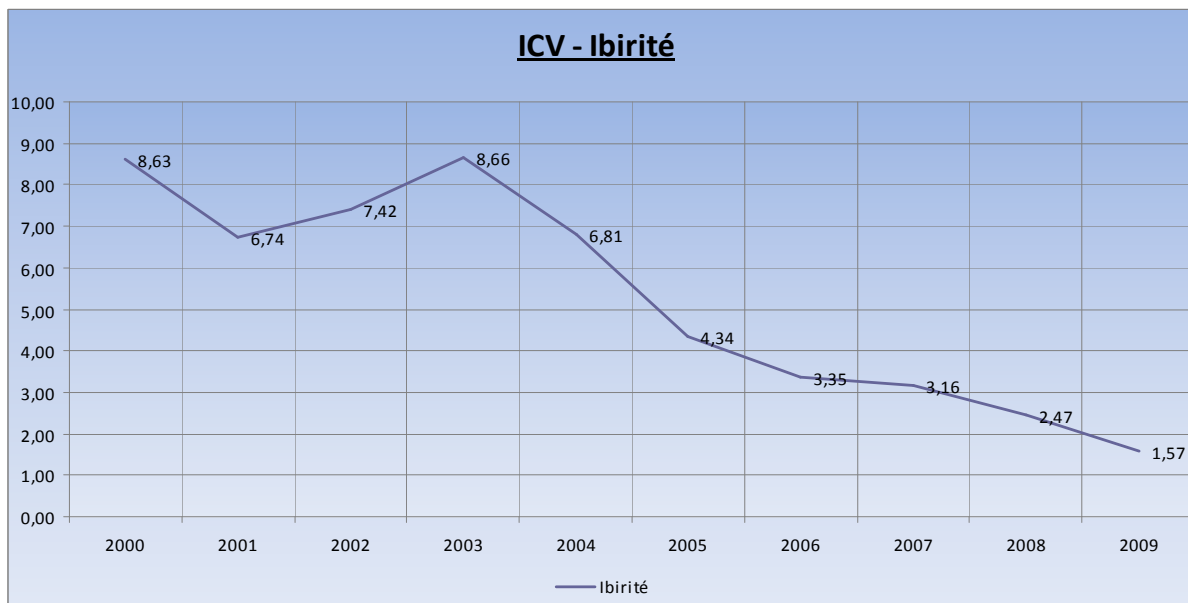
Tabela 02: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IBIRITÉ

População Residente por ano							
Ano de Referência	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População	145.507	148.126	150.634	153.023	155.290	157.438	159.476
Taxa de crescimento anual estimada (%) (2004-2010)					1,54		

Fonte: IBGE, Censos e Estimativa.

2.6.2.1.4 Criminalidade e violência no Município

Gráfico 01: Índice de Criminalidade Violenta - ICV Ibirité/MG.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

O Índice de criminalidade – IC é calculado pela fórmula: $IC = nr \text{ de crimes} \times 1.000 / \text{população}$. O Índice de Criminalidade Violenta – ICV é calculado pela fórmula: $ICV = nr \text{ de crimes violentos}^1 \times 1.000 / \text{população}$.

¹ O Índice de Criminalidade violenta é calculado através da fórmula: nº de ocorrências x 1000/população. Os crimes relacionados ao ICV são: Homicídios tentados e consumados, roubos, roubos a mão armada (assalto), Seqüestro (Cárcere privado), extorsão mediante seqüestro, latrocínios, estupro tentados e consumados.

No Estado de Minas Gerais a criminalidade e violência são mensuradas por vários indicadores estatísticos, dentre os quais, dois merecem destaque, são eles, o Índice de Criminalidade – IC e o Índice de criminalidade Violenta – ICV.

Gráfico 02: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Ibirité/MG 2000 - 2009.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

2.6.2.2 Município de Sarzedo

2.6.2.2.1 Considerações históricas

O município de Sarzedo foi criado através do Decreto – Lei 12.030 de 21 de Dezembro de 1995, desmembrando-se de Ibirité.

Os primeiros contatos do homem branco com a região recuam ao início do ciclo do ouro. As terras do atual município ficaram à margem do processo de ocupação e urbanização que caracterizou as regiões auríferas de Minas Gerais.

O povoamento de Sarzedo teve maior impulso com a implantação da Estrada de Ferro Central do Brasil, linha do Paraopeba. A estação de Sarzedo foi inaugurada em 20 de junho de 1917. O nome da estação e, depois, do município, é uma homenagem ao engenheiro espanhol Francisco Sarzedo que trabalhou na construção do ramal ferroviário.

2.6.2.2.2 Situação Geográfica do Município

Abrangendo uma área de 62,4 Km² (IGA), a cidade, a 767,31 m de altitude (Estação Ferroviária), tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas de 20° 02'07" S e 44° 08'43" W.

O município de Sarzedo localiza-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e limita-se com os municípios de Betim, Ibité, Mário Campos e Brumadinho.

As principais vias de acesso a Sarzedo são as rodovias federais BR 381 (Fernão Dias – Belo Horizonte / São Paulo) e a rodovia estadual MG-040 (Belo Horizonte / Piedade das Gerais).

Um passo importante para o crescimento e desenvolvimento do município foi a implantação do Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães e a criação de um acesso direto a Rodovia Fernão Dias (BR – 381), integrando a cidade de Sarzedo ao principal corredor de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, fomentando a geração de empregos e renda no Município.

Atualmente mais de 60 empresas estão instaladas na cidade com grande geração de emprego e renda para o município. Além das empresas do distrito industrial, há outras importantes empresas relacionadas com a atividade mineradora.

O processo migratório causou um crescimento desordenado, na medida em que as indústrias, que se instalavam na cidade, atraíam a mão-de-obra de outras localidades. A cidade cresceu desordenadamente por não desenvolver um projeto que cuidasse da infraestrutura da rede urbana, a cidade cresceu desordenada.

Esse processo pode ser observado na tabela 04 que mostra a variação na taxa de crescimento da população do município de Sarzedo entre 2004 e 2010.

Segundo o Censo do IBGE, em 2000, Sarzedo tinha 17.274 habitantes nas áreas urbana e rural. Estimativas do Ministério da Saúde projetaram a população da cidade para 23.241 habitantes em 2006. Entre 1997 e 2006 o crescimento da população do município foi de aproximadamente 80%.

Figura 05: Mapa geográfico do município de Sarzedo.



Fonte: Prefeitura municipal de Sarzedo.

2.6.2.2.3 Perfil Sócio-econômico:

Tabela 03: Dados gerais do município de Sarzedo/MG.

ITENS	SARZEDO
População	26.298
Extensão Territorial (km ²)	62,17 Km ²
Densidade Demográfica (Hab/km ²)	375,5 hab/km ²
Bairros (nº)	39
PIB Per Capita Média	R\$ 7.997,00
Imóveis Residenciais (nº)	8740
Imóveis Comerciais (nº)	370
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,748
PIB	113.318
Educandário	28
Hospitais / Postos de saúde	25
Garagens de Coletivos	3
Principal Ramo de Atividade	Mineral
Ramos Secundários de atividade	Indústria e comércio
Bancos	04
Casas Lotéricas	01
Joalherias/Relojoarias	04
Padarias	09
Farmácias / Drogarias	05
Supermercados	08
Postos de Combustíveis	04
CONSEP	01

Fonte: Prefeitura municipal de Sarzedo, 2010.

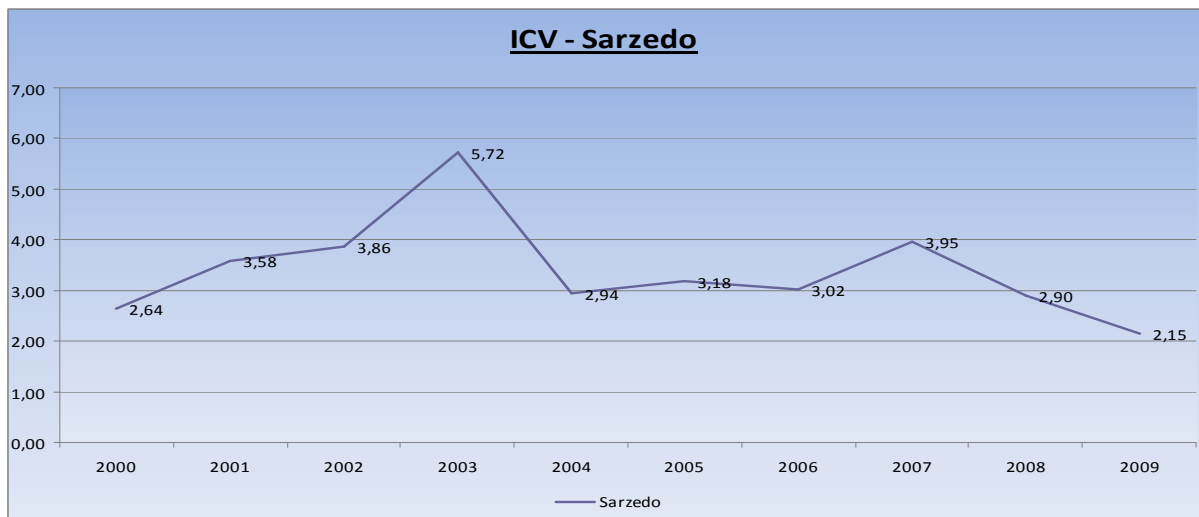
Tabela 04: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SARZEDO

População Residente por ano							
Ano de Referência	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População	21.393	22.313	23.194	24.033	24.828	25.583	26.298
Taxa de crescimento anual estimada (%) (2004-2010)					5,01		

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas.

2.6.2.2.4 Criminalidade e violência no Município

Gráfico 03: Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Sarzedo/MG 2000 - 2009.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

Gráfico 04: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Sarzedo/MG 2000 - 2009.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

2.6.2.3 Município de Mário Campos

2.6.2.3.1 Considerações históricas

O município de Mário Campos nasceu como um distrito do município de Ibitaré em 1985, passando para a condição de Município em 01 de Janeiro de 1997, quando se desmembrou de Ibitaré.

Mário campos é considerado uma estância hidromineral. A maior fonte do mundo de vazão espontânea de água mineral fica em Mário Campos.

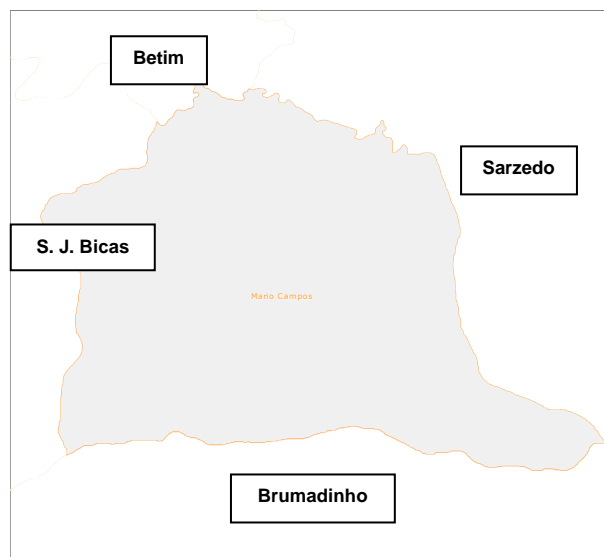
2.6.2.3.2 Situação Geográfica do Município

Abrangendo uma área de 35,155 Km² (IGA), a cidade situa-se a 730 m de altitude, tem sua posição determinada pelas coordenadas geográficas de 20° 03'21" S e 44° 11'16" O.

O município de Mário campos localiza-se na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e limita-se com os municípios de Betim, Sarzedo, São Joaquim de Bicas e Brumadinho.

As principais vias de acesso são as rodovias federais BR 381 (Fernão Dias – Belo Horizonte / São Paulo) e a rodovia estadual MG-040 (Belo Horizonte / Piedade dos Gerais).

Figura 06: Mapa geográfico do município de Mário Campos.



Fonte: Prefeitura municipal de Mário Campos.

2.6.2.3.3 Perfil Sócio-econômico:

Tabela 05: Dados gerais do município de Mário Campos/MG.

ITENS	MARIO CAMPOS
População	12.151
Extensão Territorial (km ²)	35.155 Km ²
Densidade Demográfica (Hab/km ²)	409,3 hab/km ²
Bairros (n ^o)	20
Conglomerados urbanos	02
PIB Per Capita Média	R\$ 4.767,00
Imóveis Residenciais (n ^o)	3500
Imóveis Comerciais (n ^o)	62
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,711
PIB	53,531
Educandário	08
Hospitais / Postos de saúde	02
Principal Ramo de Atividade	Mineral
Ramos Secundários de atividade	Turismo e comércio
Casas Lotéricas	01
Joalherias/Relojoarias	01
Padarias	07
Farmácias / Drogarias	03
Supermercados	06
Postos de Combustíveis	01
CONSEP	01

Fonte: Prefeitura municipal de Mário Campos, 2010.

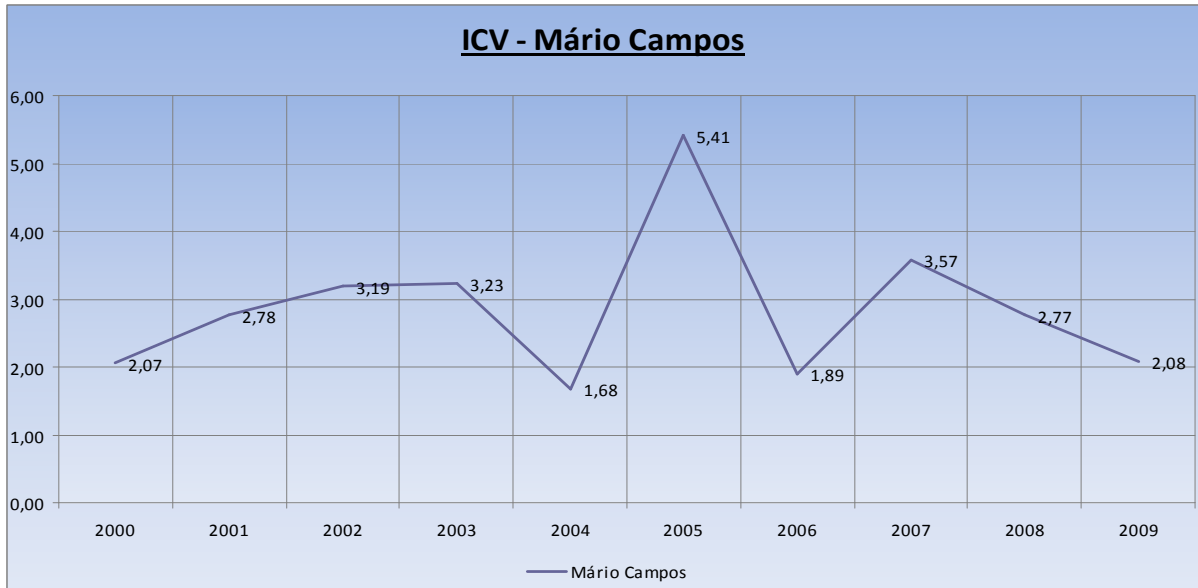
Tabela 06: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARIO CAMPOS

População Residente por ano							
Ano de Referência	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População	11.309	11.467	11.618	11.762	11.899	12.028	12.151
Taxa de crescimento anual estimada (%) (2004-2010)					1,24		

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas.

2.6.2.3.4 Criminalidade e violência no Município

Gráfico 05: Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Mário Campos/MG 2000 - 2009.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

Gráfico 06: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Mário Campos/MG 2000 - 2009.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

2.6.2.4 Município de Brumadinho

2.6.2.4.1 Considerações históricas

O município de Brumadinho (JARDIM & JARDIM, 1982) foi criado através do Decreto – Lei 148, no dia 17 de dezembro de 1938, desmembrando-se de Bonfim. Quando formou o novo município, foram anexados os distritos de Aranha e São José do Paraopeba, saídos do Município de Itabirito e Piedade do Paraopeba, desmembrado do Município de Nova Lima. Em 1953, Conceição de Itaguá se torna Distrito de Brumadinho, que passa a possuir quatro distritos.

A região Brumadinhense, situada no final do maciço do Espinhaço e início do tabuleiro do Oeste, começou a ser colonizada quando os insubmissos da Guerra dos Emboabas fugiram da repressão da Coroa Portuguesa, a fim de garimpar ouro, livres dos elevados tributos dos Colonizadores.

Em consequência das Bandeiras de Exploração, vários povoados foram fundados na região do Vale do Paraopeba e Vale do Rio das Velhas. Eram inicialmente, núcleos de abastecimento dessas Bandeiras, pousos de repouso da tropa e lugar de levantamento dos mantimentos. Assim, São José do Paraopeba, Piedade do Paraopeba e Brumado do Paraopeba fazem parte da Primeira fase da história de ocupação do território de Minas Gerais.

A origem da cidade de Brumadinho deve-se à construção do ramal do Paraopeba da estrada de ferro Central do Brasil. Desse modo, o povoado nasceu e se desenvolveu em consequência do estabelecimento de uma estação de estrada de ferro, inaugurada em 20 de junho de 1917. Portanto, aí está uma das datas importantes da origem do município. Nesse mesmo dia foram inauguradas as estações Belo Vale, Fecho do Funil, Sarzedo, Ibirité, Jatobá e Gameleira.

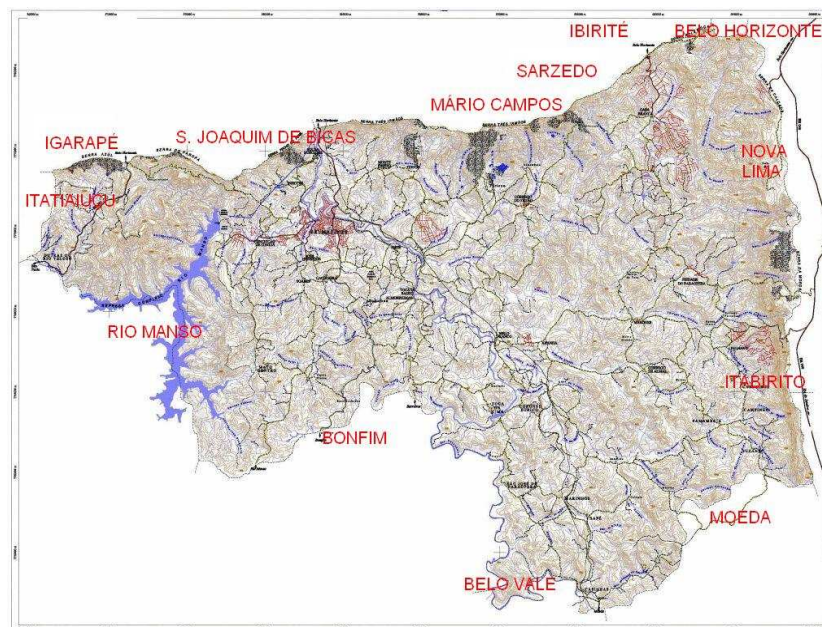
2.6.2.4.2 Situação Geográfica do município

Abrangendo uma área de 640,15 Km² (IGA), Brumadinho é um dos maiores municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (está localizado a uma distância de 50 km da capital mineira).

Devido à sua grande extensão territorial, Brumadinho faz limite com os diversos municípios: Ibirité, Sarzedo, Mário Campos, Itatiaiuçu, Rio Manso, Bonfim, Moeda, Itabirito, Nova Lima, Igarapé, São Joaquim de Bicas e Belo Horizonte.

As principais vias de acesso a Brumadinho são as rodovias federais BR 381 (Fernão Dias – Belo Horizonte / São Paulo), rodovia estadual MG-040 (Belo Horizonte / Piedade Gerais) e a rodovia federal BR 040 (Brasília / Rio de Janeiro).

Figura 07: Mapa geográfico do município de Brumadinho.



Fonte: Prefeitura municipal de Brumadinho

2.6.2.4.3 Perfil Sócio-econômico:

Tabela 07: Dados gerais do município de Mário Campos/MG.

ITENS	BRUMADINHO
População	35.052
Extensão Territorial (km ²)	640,15 Km ²
Densidade Demográfica (Hab/km ²)	54,67 hab/km ²
Bairros (n ^o)	51
Distritos	04
Povoados	50
PIB Per Capita Média	R\$ 18.151,00
Imóveis Residenciais (n ^o)	14.095
Imóveis Comerciais (n ^o)	818
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,773
PIB	551.745
Educandário	28
Hospitais / Postos de saúde	25
Garagens de Coletivos	3
Principal Ramo de Atividade	Mineral
Ramos Secundários de atividade	Turismo e comércio
Bancos	04
Casas Lotéricas	01
Joalherias/Relojoarias	04
Padarias	09
Farmácias / Drogarias	05
Supermercados	08
Postos de Combustíveis	04
CONSEP	02

Fonte: Prefeitura municipal de Brumadinho, 2010.

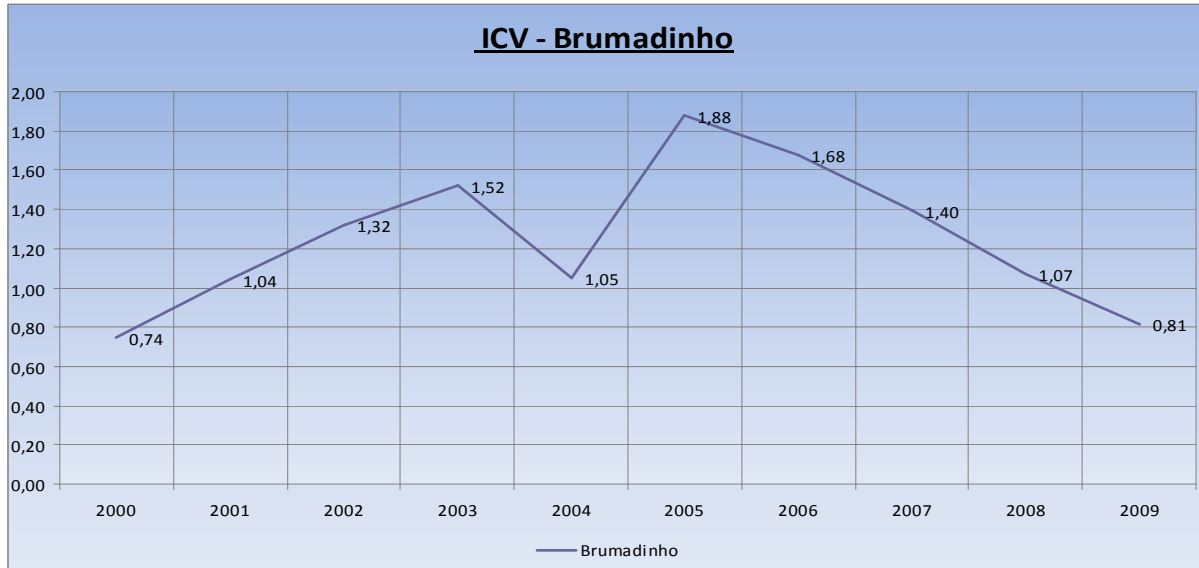
Tabela 08: Evolução da população do município de Brumadinho

População Residente por ano							
Ano de Referência	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
População	30.516	31.367	32.181	32.957	33.693	34.390	35.052
Taxa de crescimento anual estimada (%) (2004-2010)						2,39	

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas.

2.6.2.2.4 Criminalidade e violência no Município

Gráfico 07: Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Brumadinho/MG 2000 - 2009.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

Gráfico 08: Ranking do Índice de Criminalidade Violenta – ICV - Brumadinho /MG 2000 - 2009.



Fonte: Armazém de dados da PMMG

3 PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INTRÍNSECOS À PESQUISA

3.1 Princípio da Eficiência

3.1.1 Conceitos de eficiência e eficácia

Estudar tais conceitos constitui questão chave para a análise do objeto dessa pesquisa que trata do encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão da Polícia Civil do município de Betim. Os deslocamentos excessivo e, conseqüentemente, o distanciamento das viaturas do atendimento à comunidade fogem completamente dos conceitos de eficiência e de eficácia que aqui serão apresentados. Tal situação não conduz a um serviço de qualidade, não se realizam com velocidade e nem com otimização de recursos com custos adequados.

Para entender o princípio da eficiência aplicado nas atividades públicas é imprescindível reconhecer o seu conceito. A eficiência pode ser compreendida como a relação dos recursos e esforços com o intuito de fazer certo, no lugar certo, de acordo com certos padrões, regras ou características. Ela também diz respeito ao método, ao modo certo de fazer as coisas e é definida pela relação entre volumes produzidos/recursos consumidos.

Andrade define eficiência como

o princípio voltado a examinar e comprovar que os procedimentos adotados pela empresa, seu processo decisório, industrial e demais, ainda que eficazes, no sentido de cumprir seus objetivos, são, de fato, eficientes, ou seja: executados com a melhor qualidade (= qualidade); nos tempos mais curtos possíveis (= velocidade); e com otimização dos recursos (= custos) (2000, p. 83).

As definições de eficiência relacionam métodos e parâmetros utilizados para obterem-se resultados.

Assim, o conceito de eficiência está ligado diretamente com o de eficácia, porque eficiente é o método que conduzido pelos parâmetros leva ao melhor resultado e a eficácia é a realização da coisa certa com determinado fim, no tempo certo, no lugar certo, ou seja, é o desempenho da conseqüência ou efetividade atingida. Portanto, a eficácia diz respeito aos

resultados e aos produtos originados de uma atividade qualquer. Trata-se da escolha da solução certa para determinado problema ou necessidade. Andrade (1999, p. 80) expressa seu entendimento de eficácia como a “[...] comprovação de que foram adotados os procedimentos previstos e na forma prevista, para atingir os objetivos da empresa.”

Portanto, a idéia de eficiência, na verdade, volta-se para questões referentes à maneira de agir, adequada e tecnicamente, na busca de um resultado. A eficácia refere-se à busca do resultado com qualidade, procurando atender da melhor maneira possível as necessidades das pessoas a quem se destina.

Eficiência não é um conceito jurídico, mas econômico. Não qualifica normas, qualifica atividades. Numa idéia muito geral, eficiência significa fazer acontecer com racionalidade, o que implica medir os custos que a satisfação das necessidades públicas importa em relação ao grau de utilidade alcançado. Assim, o princípio da eficiência, orienta a atividade administrativa no sentido de conseguir os melhores resultados com os meios escassos de que se dispõe e a menor custo. Rege-se, pois, pela regra de consecução do maior benefício com o menor custo possível. (MEIRELLES, 2007)

De acordo com Batista Júnior (2004, p. 115), “quando as preocupações se voltam para os fins, quando as atenções se voltam para os resultados fornecidos por aqueles que executam para avaliar o alcance dos fins, ingressamos na seara da eficácia”.

Diante desses conceitos percebe-se que da forma que o 48º BPM faz o encerramento de ocorrências, por mais que o objetivo da UEOp seja a busca de melhores resultados, estes não são alcançados, uma vez que a idéia de eficiência não se efetiva, haja vista, a falta de adequação e técnica na execução das atividades de encerramento das ocorrências.

Assim, a eficácia também não é alcançada porque o resultado obtido não é o almejado.

3.1.2 A eficiência na Administração Pública

Fundamentado na interpretação do conceito de eficiência observa-se que as atividades da Administração Pública têm que ser geridas por meio de métodos definidos que, aplicando determinados parâmetros, atenderão a necessidades da sociedade não supridas por ela mesma.

Desse modo a eficiência nas atividades públicas consiste na aplicação de métodos que, utilizando-se dos parâmetros, os quais necessariamente conduzem as funções dos agentes e servidores públicos e atendem as necessidades da sociedade.

Planejar o objetivo a ser atingido e utilizar-se de métodos para alcançá-lo, atende ao princípio da eficiência. Para tanto, faz-se necessário checar os resultados alcançados, do contrário, não se obtém eficácia.

Aplicar o conceito de eficiência nas atividades da Administração Pública é necessariamente buscar melhoria de resultados, pois é dever da própria administração buscar a eficiência nos serviços oferecidos à sociedade. Melhorar continuamente é buscar a excelência que, conseqüentemente, é a eficácia na atividade pública.

A tabela abaixo exemplifica que a forma de encerramento das ocorrências, na área do 48º BPM, não tem sido realizada com eficiência e eficácia.

Tabela 09: Quantidade mensal de ocorrências registradas pelas viaturas do 48º BPM de acordo com os dias da semana.

	HORÁRIO COMERCIAL (Seg. a Sex. 06h00min às 17h59min)	SEGUNDA A SEXTA À NOITE (18h00min às 05h59min)	FINAL DE SEMANA (Sex. 18h00min a Seg. 05h59min)
Ibirité	398	438	693
Sarzedo	75	95	133
Mario Campos	42	43	65
Brumadinho	94	95	153
Total	609	671	1044

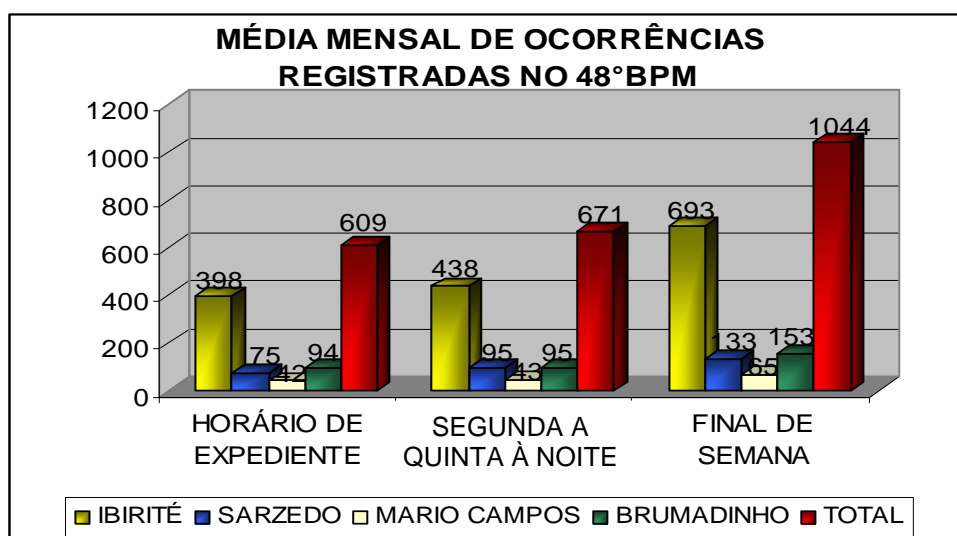
Fonte: Armazém SIDS, 2009.

Essa tabela constata que o número de registros de ocorrências aumenta consideravelmente quando comparamos a quantidade de ocorrências registradas no horário comercial (que compreende segunda a sexta-feira no horário de 06h00min às 17h59min), com a quantidade de ocorrências registradas à noite e nos finais de semana. Essa situação mostra que a execução do policiamento na área do 48º BPM não está sendo eficaz.

Um dos principais fatores motivadores desse aumento do número de ocorrências é justamente a ausência do funcionamento da Delegacia da Polícia Civil nas cidades que compõem o 48º BPM, o que induz à necessidade de inúmeros deslocamentos para a Delegacia de Plantão do município de Betim. E também eleva os gastos de combustíveis, causa a ausência das viaturas nos setores de policiamento, diminuindo a ostensividade e a prevenção criminal, traduzindo-se em total prejuízo para a própria sociedade.

Com os deslocamentos para a Delegacia de Plantão do município de Betim, o problema da ausência das Delegacias de Área passa a atingir diretamente a própria Polícia Civil, pois com tamanha demanda direcionada para a sua Delegacia de Plantão, ou seja, 15 (quinze) municípios encerrando ocorrências no mesmo local, ultrapassa a capacidade de atendimento da própria delegacia, gerando filas de espera e aumentando sobremaneira o tempo das ocorrências. Tal situação pode ser observada no gráfico abaixo.

Gráfico 09: Quantidade mensal de ocorrências registradas pelas viaturas do 48º BPM de acordo com os dias da semana.



Fonte: Armazém SIDS, 2009.

A tabela 10 demonstra a quantidade de ocorrências que mensalmente são encerradas na Delegacia de Plantão da Polícia Civil do município de Betim.

Tabela 10: Quantidade mensal de ocorrências encerradas pelas viaturas do 48º BPM na Delegacia de Plantão do Município de Betim.

	Seg. a Qui. (18h00min às 05h59min)	Final de semana (Sex 18h00min até Seg 05h59min)	Total
Ibirité	49	77	126
Sarzedo	13	13	26
Mário Campos	6	11	17
Brumadinho	8	14	22
Total	76	115	191

Fonte: Armazém SIDS, 2009.

Assim como o número total de ocorrências registradas pelas frações, apresentadas na tabela 09, o número de ocorrências encerradas na Delegacia de Plantão da Polícia Civil do município de Betim, também apresenta elevação, se comparados os dias da semana com o final de semana, apresentando uma elevação de 51,32%.

Tal elevação decorre pelo aumento da própria demanda de segurança pública que ocorre nos finais de semana e principalmente pela ausência do funcionamento da Delegacia da Polícia Civil em cada município, ocasionando uma ineficiência por parte da Polícia Militar na execução do policiamento ostensivo.

Com o aumento da demanda, há mais ocorrências a serem registradas pelas viaturas o que faz com que essas viaturas empenhadas se desloquem para a Delegacia de Plantão do município de Betim, ausentando-se por longos períodos de tempo, diminuindo o patrulhamento preventivo, aumentando o surgimento de novas oportunidades de delitos.

Ao observar a tabela 11, constata-se que a média de tempo gasto pelas viaturas do 48° BPM aumenta consideravelmente. Como se vê, para encerrar uma ocorrência nas Delegacias de área dos municípios do 48° BPM gastam-se em média 01h04min. Tempo este que se entende como razoável, uma vez que ocorre nesse processo o registro da ocorrência, o deslocamento até a Delegacia e o encerramento da ocorrência.

Tabela 11: Tempo médio de empenho das viaturas do 48° BPM em ocorrências encerradas nas Delegacias de área e na Delegacia de Plantão do município de Betim.

	Seg. a Sex. (06h00min às 17h59min)	Seg. a Qui. (18h00min às 05h59min)	Final de semana (Sex. 18h00min até Seg. 05h59min)
Ibirité	00:56	04:20	04:10
Sarzedo	01:12	03:57	04:52
Mário Campos	00:59	03:10	04:20
Brumadinho	01:06	03:50	04:39
Tempo Médio Total	01:04	03:50	04:31

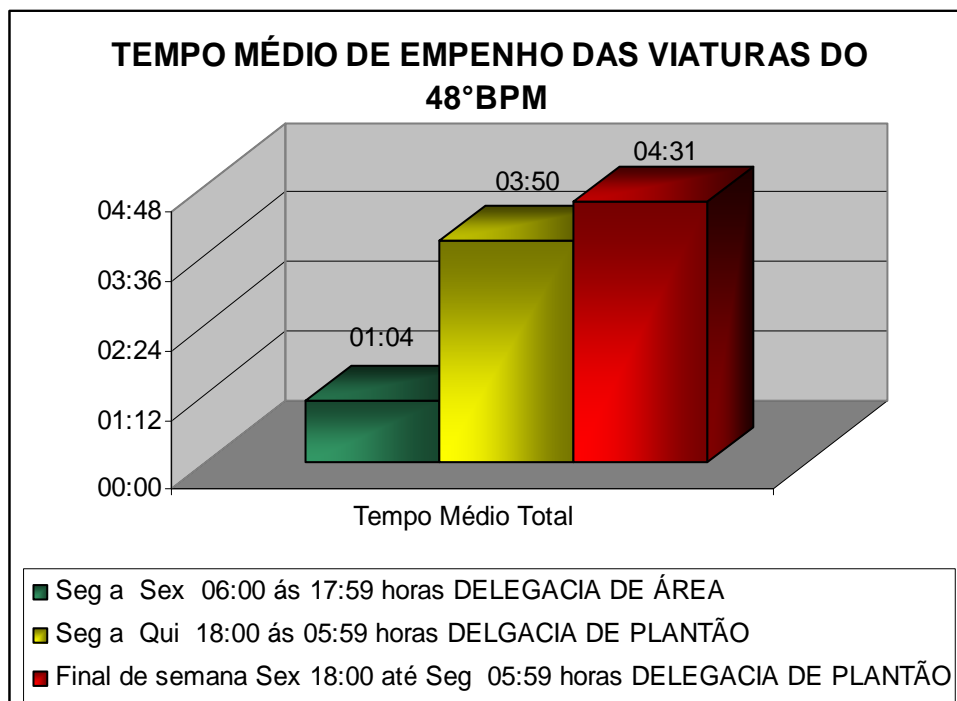
Fonte: Armazém SIDS, 2009.

Analisando a tabela 11, percebe-se uma das questões mais críticas relacionadas ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim pelas viaturas do 48° BPM, que é o longo tempo de empenho das viaturas, que a partir desse tempo, decorrem várias outras situações prejudiciais à execução do policiamento ostensivo, como ausências da viatura do setor de patrulhamento, ausência de patrulhamento preventivo, demora no atendimento das ocorrências e aumento na incidência de delitos.

Por outro lado, quando o encerramento da ocorrência acontece na Delegacia de Plantão do município de Betim (o que ocorre todos os dias à noite, aos sábados, domingos e feriados), a média do tempo gasto por ocorrência sobe para 03h50min durante a semana, o que representa um aumento de 258,22% e para 04h31min nos finais de semana, o que representa um aumento de 322,43%.

O Gráfico 10 é uma demonstração mais clara da disparidade do tempo de empenho das viaturas do 48º BPM quando encerram ocorrências nas Delegacias de área de cada município do 48º BPM e quando encerram as ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Gráfico 10: Tempo médio de empenho das viaturas do 48º BPM em ocorrências encerradas nas Delegacias de área e na Delegacia de Plantão do município de Betim.



Fonte: Armazém SIDS, 2009.

É inaceitável para o Sistema de Defesa Social e para as instituições prestadoras de serviços de segurança pública, um tempo médio de empenho de viaturas em ocorrências com tamanha variação, que oscila entre 01h04min e 04h30min, o que traz enormes prejuízos para a ostensividade do radiopatrulhamento e reduz drasticamente a prevenção, aumentando as oportunidades de delitos e, conseqüentemente, a incidência criminal, fazendo com que os esforços na Segurança Pública não sejam eficientes.

O 48º BPM, cada vez mais, tem grandes prejuízos em suas atividades de atendimento à comunidade no que se refere ao encerramento de ocorrências, não alcançando os melhores resultados devido ao tempo excessivo de empenho (conforme

tabela 11) e grandes deslocamentos das viaturas para o encerramento das ocorrências (conforme tabela 13), o que causa distanciamento das comunidades, refletindo na baixa eficiência dos serviços prestados e não suprimindo adequadamente as necessidades da sociedade.

O dever de eficiência exigido do Poder Público diz respeito à necessidade de adequada atuação dos agentes públicos nas tarefas que lhes são devidas, de maneira a satisfazer os anseios sociais. Meirelles, citado por Di Pietro, afirma que

[...] se impõe a todo o agente público realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros, e acrescenta que o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração (2003, p.83).

Portanto, os deslocamentos longos (conforme tabela 13) e demorados (conforme tabela 11) que são realizados pelas viaturas do 48º BPM, para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim, são responsáveis ao mesmo tempo pelo distanciamento das viaturas policiais das comunidades da área do 48º BPM e pela geração de gastos desnecessários e outros problemas de ordem operacional da PM que não alcançam os anseios da sociedade.

A gestão pública eficiente é uma exigência social que recai sobre a Administração Pública, a qual deve compeli-se à produção de serviços com qualidade, atendendo aos anseios sociais e às necessidades de desenvolvimento das atividades estatais, por meio de procedimentos adequados às suas finalidades, procurando resolver os problemas de forma rápida e, ainda, com criatividade e economia. Isso é confirmado por Batista Júnior, ao dizer que

o princípio da eficiência encontra-se, em primeiro lugar, voltado para a organização, para a Administração Pública, instrumento de que o Estado se vale para a prossecução do bem comum. Da mesma forma, refere-se a um mandamento constitucional imperativo de eficiência e eficácia, de boa atuação da Administração, a ser observado por todos os poderes do Estado, para que se possa atingir, na coletividade, o bem comum, com justiça social, ou seja, com efetividade (2004, p.114).

De acordo com Garcia, o Poder Público

[...] deve buscar o bem comum utilizando-se de meios idôneos e adequados à consecução de tais objetivos, assegurando um certo padrão de qualidade em seus atos [...], e [...] o princípio consagra a tese de que a atividade estatal não deve ser direcionada unicamente à busca de um bom resultado, mas sim que deve visar, de forma incessante, ao melhor resultado para os administrados. Portanto, o princípio da eficiência garante aos usuários dos serviços públicos um mecanismo para a busca de seu constante aperfeiçoamento, permitindo sua adequação aos valores e às necessidades do grupamento no momento de sua prestação (2002, p. 22).

E somente com a mudança na forma do encerramento das ocorrências é que o 48º BPM tornará uma unidade que atua com mais eficiência, que alcance melhores resultados e que leve maior satisfação à comunidade das cidades que compõem sua área com o alcance de melhores resultados

3.2 Princípio da Economicidade

De acordo com Ferreira (1977, p. 172.), economicidade é “a qualidade do que é econômico e que por consequência, define a escala de valores que permite aceitar ou recusar os resultados econômicos obtidos.”

É o terceiro princípio enumerado no caput do artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil, que constitui um dos temas desse trabalho. Sua fonte, pelo que a pesquisa permitiu constatar, é o princípio da eficiência, instituído pela Emenda Constitucional n.º 19, de 4 de junho de 1998.

Apesar do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil tratar dos princípios da administração pública, o princípio da economicidade não está enunciado lá, e sim expresso no artigo 70, que o exige como atividade da Administração Pública no controle dos gastos públicos. É um princípio que os servidores e agentes Públicos devem respeitar em todos os seus atos, pois denota a necessidade de atender, com os recursos disponíveis e planejados, as necessidades da sociedade de forma satisfatória e dentro dos princípios econômicos.

Somente a partir de 1988, a atividade de controle adentrou à atividade pública como determinação constitucional, apesar de, desde de 1967, com o advento do Decreto-Lei n.º 200, ser exigida como norma legal. O caput do artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil é claro: as atividades financeiras, orçamentárias, operacionais, contábeis e patrimoniais serão fiscalizadas quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade.

Segundo Marçal (2000, p.73) o conteúdo da economicidade é a transparência econômica, porém, “como os recursos públicos são extremamente escassos, é imperioso que sua utilização produza os melhores resultados econômicos, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.” Assim, a Administração Pública tem que buscar e adotar soluções eficientes para gerir os recursos públicos, sujeitando-se ao enfoque de custo e dos benefícios que a produção dos serviços públicos trará para a sociedade.

Conceituar economicidade tecnicamente é tarefa difícil pela sua complexidade, quando aplicado na análise de despesas públicas em que há terceiros envolvidos fora do

contexto público, ainda assim, o conceito pode ser modelado em três fatores: na *previsibilidade*, na *relevância* de outros valores e nas *formalidades* jurídicas. Conforme Moreira Neto,

o princípio da economicidade deve ser recebido como um princípio geral do direito administrativo em razão de sua amplitude no desempenho da Administração pública introversa. Neste sentido, em parte ele é um corolário do princípio da eficiência por que se volta à observância de uma relação, que aqui é especificamente financeira, portanto mensurável ou estimável, entre insumos e produtos, pois, tanto quanto nas hipóteses aplicativas daquele princípio matriz, a economicidade tampouco prescinde de parâmetros objetivos, claros e previamente conhecidos, para que, em cotejo com eles, seja possível chegar-se a conclusões, juridicamente válidas sobre sua eventual violação, não podendo decorrer, portanto, de uma apreciação livre e, muito menos, subjetiva dos atos da administração, daí a necessidade de motivação quando de sua aplicação (2009, p.107).

O princípio da economicidade está diretamente ligado às atividades operacionais do 48ºBPM, principalmente àquelas atividades relacionadas ao encerramento das ocorrências, quando este ocorre fora do horário de funcionamento das Delegacias da Polícia Civil dos municípios que compõem a unidade.

Oliveira ainda explica que

economicidade diz respeito a se saber se foi obtida a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício (2006, p 94).

As tabelas 12, 13 e 14, a seguir, demonstram que o princípio da economicidade não está sendo executado no contexto das atividades do 48º BPM.

Tabela 12: Viaturas do 48º BPM e o gasto médio de combustível.

Marca / Modelo	Quantidade	Média de consumo	Tipo de combustível	Valor médio do combustível em (R\$)
GM / Blazer	19	5,2 KM / Litro	Gasolina	1,54
VW / Gol	30	8,7 KM / Litro	Gasolina	
Mitsubishi / L200	02	8,4 KM / Litro	Diesel	
GM / S10	01	8,7 KM / Litro	Diesel	1,49
Ford / Ranger	01	9,4 KM / Litro	Diesel	
Média total do consumo		7,45 KM / Litro	Valor médio total	1,54

Fonte: Seção de transportes do 48º BPM, 2010.

Tabela 13: Distâncias das sedes das frações dos 48º BPM à Delegacia de Plantão do município de Betim.

LOCALIDADE / DISTRITO / POVOADO	KM
IBIRITÉ	
214ª Cia PM Ibirité	21
213ª Cia PM Ibirité	20
229ª Cia TM Ibirité	20
SARZEDO	
Sede 3º Pelotão da 214ª Cia Esp PM	12
MARIO CAMPOS	
Sede 3º Pelotão da 215ª Cia Esp PM	14
BRUMADINHO	
Sede 215ª Cia Especial PM	29
Distrito do Aranha	49
Marques	56
Distrito de Piedade do Paraopeba (Via Casa Branca)	72
(Via Dist. Aranha).	61
Casa Branca	66
Córrego do Feijão	46
Retiro das Pedras	70
Suzana	67
Retiro do Chalé	79
Distrito São José do Paraopeba	65

Fonte: Frações do 48º BPM

Tabela 14: Valor mensal do gasto em combustíveis usado no encerramento de ocorrências pelas viaturas do 48º BPM na Delegacia de Plantão do Município de Betim .

	Quantidade de ocorrências	Distância percorrida por ocorrência (ida e volta)	Distância total percorrida (KM)	Média de consumo das viaturas	Valor médio do Litro de combustível	Valor mensal em (R\$)
Ibirité	126	40	5040	7,45 KM / Litro	R\$ 1,54	1041,83
Sarzedo	26	24	624			128,99
Mário Campos	17	28	476			98,39
Brumadinho	22	58	1276			263,76
TOTAL						1532,97

Fonte: Armazém SIDS e Seção de Transporte do 48º BPM, 2010.

Esses deslocamentos ferem enormemente o princípio da economicidade. O valor total gasto por mês atinge R\$ 1532,97 (um mil quinhentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos), o que equivale a 990 (novecentos e noventa) litros de combustíveis desperdiçados mensalmente.

Se todo encerramento de ocorrências acontecesse na própria sub-área ou setor de cada fração do 48º BPM, a UEOp teria uma economia mensal de 990 (novecentos e noventa) litros de combustíveis, o que poderia ser investido nas frações da UEOp, potencializando o patrulhamento e a prevenção, com uma maior visibilidade das viaturas, uma ostensividade mais efetiva, o que aumentaria a prevenção de delitos.

No desempenho de suas atividades operacionais, ao encerrar suas ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim, o 48º BPM age de forma completamente contrária ao princípio da economicidade, pois os excessivos deslocamentos (conforme tabela 13), que ocorrem todos os dias por um grande número de viaturas causam um sobre-gasto desnecessário, quando se refere aos gastos de combustíveis utilizados nos deslocamentos, causando uma avaliação negativa do custo-benefício dessa atividade.

A economicidade está diretamente ligada aos preceitos da Lei nº 8.666/93, porque é essa norma legal que estabelece os parâmetros e os métodos basilares da atividade de realização de despesas.

4 TEORIAS DA CRIMINALIDADE

4.1 Teoria das atividades rotineiras ou teoria das oportunidades

O fenômeno da criminalidade sofre diversas interferências para sua eclosão, principalmente a conduta do agente do crime e sua motivação para o crime.

Segundo Clarke e Felson (1998), quaisquer que sejam as inclinações criminais, uma pessoa não pode cometer um crime sem superar suas necessidades físicas. As oportunidades são condições necessárias para que o crime ocorra, isso as tornam causas em um sentido forte da palavra.

Considerando a teoria das oportunidades, observa-se que muitas pessoas oriundas de lares desestruturados nunca tenham cometido crimes e, por outro lado, muitas pessoas de boas famílias em circunstâncias confortáveis se tornaram infratores ativos.

Nenhuma teoria sobre indivíduos pode alegar que ele foi encontrado em condições necessárias para o cometimento de um crime. Para ter certeza, nenhuma causa do crime é suficiente para garantir a sua ocorrência, mas uma oportunidade, acima de tudo, é necessária para a efetivação da ocorrência do crime.

A teoria em questão trabalha com a noção de oportunidade do crime numa suposição de que o ofensor, antes de cometer o delito, escolhe o crime, a vítima, o local ideal, ou seja, o ofensor, ao cometer um delito, analisa as circunstâncias nas quais o ato ocorrerá, o momento mais apropriado, bem como as possibilidades de ser bem-sucedido. Nessa análise, o ofensor, em síntese, tende a verificar as facilidades que terá durante e após o cometimento do crime. Como exemplo, podemos citar que a presença de uma viatura nas imediações, onde se pretende cometer o delito, já será um fator de desestímulo para que o crime ocorra.

A teoria das oportunidades é um conjunto de estudos que, ao abordar o fenômeno da criminalidade numa dimensão macro-sociológica, enfatiza aspectos do ambiente criminal e analisa as condições de incidência da criminalidade no espaço e no tempo, posto que os crimes não ocorrem por acaso, havendo um motivo para tal fenômeno. Via de regra, essa teoria parte do entendimento de que o indivíduo encontra-se predisposto ao cometimento do

crime, direcionando os estudos para os aspectos do ambiente criminal que possam mudar esse cenário.

Quaisquer atividades predominantes referentes às necessidades básicas da comunidade e também, às origens de ordem biológica e cultural são denominadas *atividades de rotina*. Assim, essas atividades incluem trabalho, alimentação, lazer, necessidades básicas, dentre outras. É nesse contexto de rotina que o indivíduo se aproveita para a prática de atos ilegais.

A teoria das oportunidades, também denominada teoria das atividades rotineiras, preocupa-se com as questões estruturais que possam interferir na ocorrência do crime, para estabelecer o contexto de espaço e tempo do crime, Nesse sentido, Cohen e Felson afirmam que

muitos inquéritos criminais não investigam porque grupos ou indivíduos são propensos a criminalidade. Ao contrário, esta propensão é tomada como dada e examinam-se as formas pelas quais a organização espaço-temporal das atividades sociais ajudam as pessoas a transporem suas inclinações criminosas em ação. As violações criminais são tratadas como atividades de rotina que dividem muitas atribuições e são interdependentes com outras atividades rotineiras (1979, p.589).

Para a ocorrência do crime, podem-se especificar três elementos essenciais, sendo: (1º) agente motivado; (2º) alvo disponível; e, (3º) ausência de vigilância capaz de prevenir o crime. A abordagem das atividades rotineiras mostra como, no cotidiano, esses três elementos encontram-se reunidos no espaço e tempo. Cohen e Felson (1979, p.588) citam que, “a maioria dos crimes requerem convergências no espaço e tempo do provável ofensor, no alvo adequado e na ausência de guardiões capacitados contra o crime”. Segundo eles, a eliminação de qualquer um desses três elementos seria suficiente para frustrar a ocorrência do crime.

Concordando com essa teoria Gottfredson e Hirschi (1990 apud Magalhães 2004), declaram que

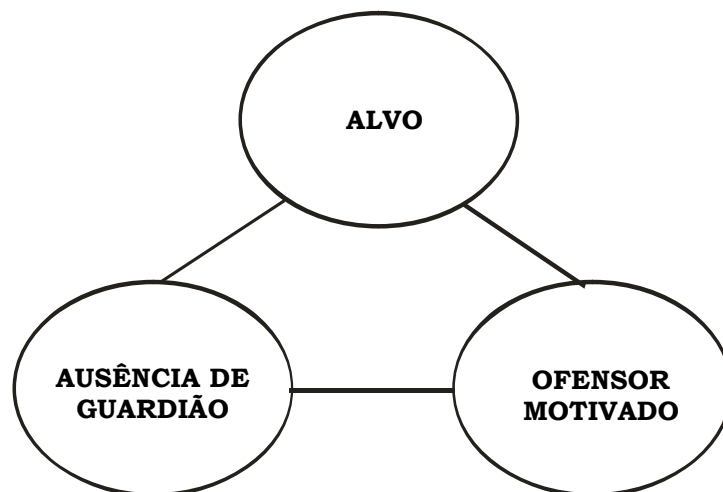
criminosos são pessoas que estão procurando atingir intencionalmente objetivos de maneira menos custosa. Esse fato, por si mesmo, não os diferencia dos não criminosos. O problema se torna mais complexo na medida em que qualquer sociedade, por definição, controla de alguma maneira o comportamento de seus membros de acordo com os interesses da coletividade, [...] Finalmente, os autores analisam as condições necessárias para a ocorrência do crime [...]. Nessa perspectiva, crimes requerem um ofensor motivado, ausência de vigilância eficiente e alvos disponíveis (MAGALHÃES, 2004, p. 87)

Alguns fatores podem interferir na motivação para o cometimento do delito como, por exemplo, a distância entre a residência do ofensor e a do local do delito; distância da residência do ofensor à residência da vítima, locais e meios de fuga disponíveis, horário da ocorrência e idade das vítimas e a presença ou não de um guardião capaz.

Ainda, é preciso compreender que 'alvos disponíveis' são pessoas ou objetos em dada posição no espaço e no tempo, onde, quanto mais acessível for, mais sujeito a riscos de ataque, certamente, estarão.

Portanto, para essa teoria, o agente criminoso planeja racionalmente a prática de seu crime, calculando os riscos de sua ação, baseando-se nos três elementos básicos citados anteriormente, os quais são: agente motivado; alvo disponível e ausência de vigilância. Assim essa teoria pode ser representado pela figura 8.

Figura 8: Representação da teoria das atividades rotineiras ou teoria das oportunidades



Fonte: Cohen e Felson, 1979.

No caso do 48º BPM, a presença das viaturas, cada uma em seus respectivos locais de patrulhamento, atuam diretamente na prevenção de delitos, pois, conforme Cohen e Felson, 1979, tornam-se a vigilância capaz, elimina a ausência de vigilância e frustra a ocorrência do delito.

No entanto, o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim distancia a viatura do seu local de patrulhamento, devido ao grande deslocamento a ser realizado (conforme tabela 13) e o tempo de empenho (conforme tabela 11), e faz surgir oportunidades para a ocorrência do delito.

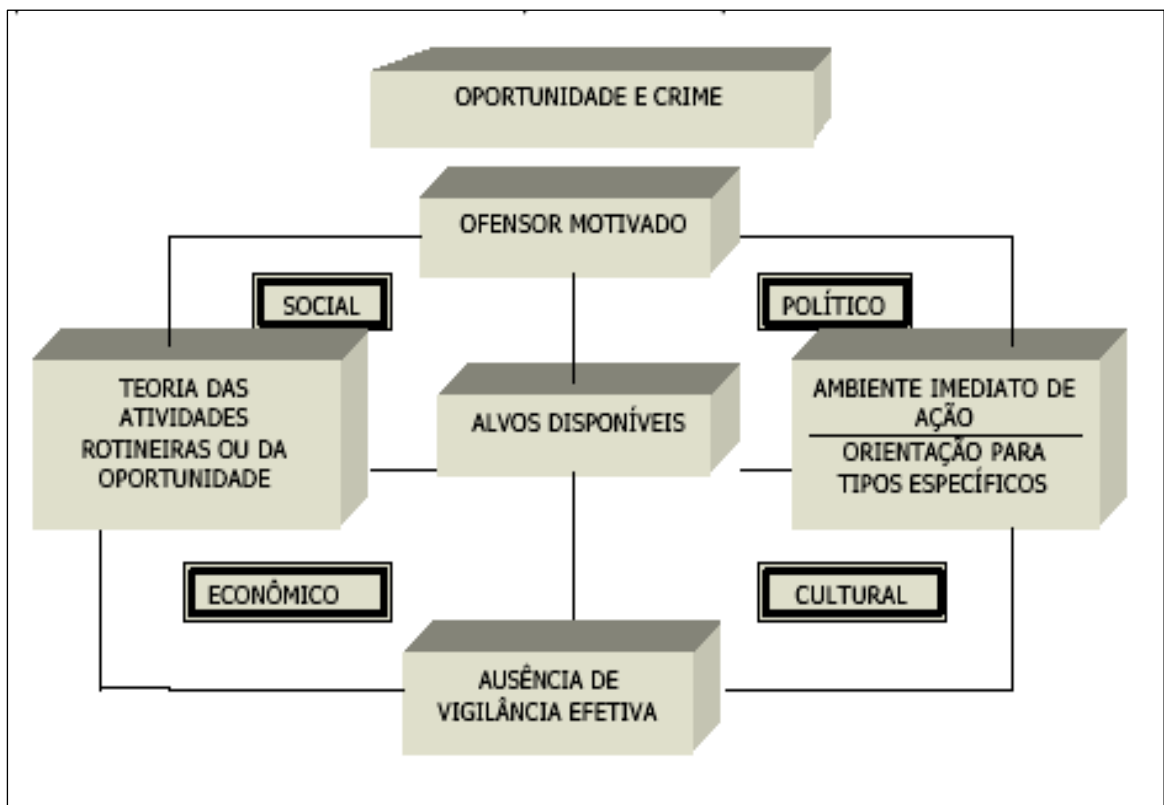
Ocorrendo o delito, uma viatura é normalmente empenhada no atendimento a essa ocorrência e vai encerrá-la no município de Betim, quando realizará um grande deslocamento e ficará empenhada por um longo tempo, formando-se um ciclo vicioso que concorre para o surgimento de novos delitos, situação que se agrava nos dias de maior incidência de ocorrências. E isto indistintamente ocorre em todas as cidades que compõem o 48ºBPM.

A ausência de guardiões capacitados pode impedir a conduta do ofensor, implicando em aumento das taxas de crimes, sem que necessariamente ocorram mudanças nas condições estruturais. Isto é, se o controle for diminuindo, as atividades ilegais tendem a aumentar proporcionalmente à motivação do ofensor e aos alvos disponíveis.

No entendimento dos citados autores, alvos disponíveis são pessoas ou objetos em determinada posição no espaço e no tempo, os quais, quanto mais acessíveis forem, mais sujeitos a riscos de ataque estarão.

A figura a seguir demonstra a relação oportunidade e crime e resume todo o esquema do modelo teórico abordado.

Figura 9: Esquema Representativo da Teoria das Oportunidades



Baseando-se na representação da figura 9, medidas estratégicas de prevenção do crime podem ser colocadas em prática, levando-se em consideração as características estruturais do ambiente e de como os infratores se movem no espaço urbano, como pensam e como respondem às oportunidades.

Não sendo possível agir diretamente sobre a vontade do agente, a Polícia Militar deve obstaculizar a oportunidade de ação do delinqüente, dando ênfase à ação preventiva (DPSSP 01/2002-CG).

No entanto, surge como um óbice ao policiamento preventivo e a obstaculização dos delitos na área do 48° BPM os grandes e constantes deslocamento das viaturas para registro de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim. Porque sem a presença da viatura no patrulhamento preventivo, mais oportunidades para o cometimento do delito surgem. Assim cada vez mais a viatura se empenha no registro de ocorrência e desloca-se para a Delegacia de Plantão do município de Betim, deixando lacunas na prevenção.

Ao referir-se ao alvo disponível, essa teoria apresenta também uma correlação com o desenvolvimento econômico, ou seja, o crescimento e a prosperidade incrementam as oportunidades para o crime, diferentemente de muitas teorias que buscam entendimento unicamente em aspectos sociais, como pobreza, desigualdade social e desemprego. Para Cohen e Felson (1979), estes aspectos exercem também influência no fenômeno da criminalidade, apesar de constituírem apenas um dos elementos deste contexto.

E assim buscou-se no entendimento dessa teoria orientações para analisar a influência do distanciamento e ausência das viaturas operacionais do 48° BPM de seus locais de patrulhamento preventivo em virtude de seus longos deslocamentos para encerramento de ocorrências na quantidade de ocorrências geradas durante o turno de serviço (conforme tabela 09) e no tempo de empenho das viaturas em ocorrências (conforme tabela 11).

4.2 Teoria Econômica ou da Escolha racional do crime

Wilson e Herrnstein (1985 apud Magalhães 2004) utilizam uma variação da escolha racional para balizar um esforço de avaliação e organização do conhecimento produzido pelas abordagens sociológicas do problema do crime. O que se supõe é que a ação é determinada pelas consequências. Os autores advertem que afirmar que um indivíduo escolhe o que prefere seria apenas uma tautologia, a menos que se identifiquem claramente os custos e benefícios envolvidos na escolha. Considerando uma situação em que um indivíduo se encontra diante de uma escolha entre cometer ou não um crime, é preciso constatar que, independentemente da alternativa escolhida, apresentar-se-ão prêmios e punições, custos e benefícios.

Ao explicar o modelo econômico do crime Clarke (1997), diz que o crime é um cálculo racional, no qual o indivíduo considera as vantagens e desvantagens de cada alternativa de ação e decide por aquela que lhe dará maior vantagem em termos de custo / benefício.

A chamada "análise econômica dos crimes" defende a idéia de que os indivíduos, criminosos ou não, são ativos tomadores de decisões racionais que respondem a incentivos e custos associados às suas ações. Entende-se que a atratividade da via criminosa é tanto maior quanto forem os seus ganhos materiais, psíquicos e simbólicos, quando comparados com os benefícios do trabalho e outros meios legítimos de satisfação dos interesses humanos. Assim, o indivíduo avalia se o crime compensa, se o benefício do crime na produção de renda, prestígio, poder e/ou emoção é maior que os riscos ou custos de uma possível punição.

Segundo Magalhães (2004), não responderiam à velha pergunta: por que algumas pessoas, em um mesmo ambiente social, cometem crimes e outras não? A resposta só é possível por meio da consideração e da análise da ação individual.

Segundo essa teoria, o ato criminoso decorre de uma avaliação racional em torno dos benefícios e custos esperados, comparados aos resultados da alocação do seu tempo no mercado de trabalho legal. Basicamente, a decisão de cometer ou não o crime resulta de um processo de maximização de utilidade esperada, em que o indivíduo confronta, de um lado, os potenciais ganhos resultantes da ação criminosa, o valor da punição e as probabilidades de detenção e aprisionamento associadas e, de outro, o custo de oportunidade de cometer crime, traduzido pelo salário alternativo no mercado de trabalho.

A idéia a que se propõe essa teoria é a recusa do determinismo das teorias usuais para a explicação do comportamento criminoso, sempre lastreadas pela imputação da causalidade a fatores macro-estruturais da sociedade como um todo, como, por exemplo, a pobreza, a educação, etc. São duas as perspectivas básicas que partem desta idéia: a abordagem das atividades rotineiras² e a escolha racional, usualmente conhecida como “Prevenção Situacional do Crime”.

Vários artigos abordam a escolha racional, basicamente, trabalhando com inovações em torno de idéias já estabelecidas, em que dois vetores de variáveis estariam condicionando o comportamento do delinqüente em potencial, de um lado, os fatores positivos (que levariam o indivíduo a escolher o mercado legal), como o salário, a dotação de recursos do indivíduo etc, e de outro, os fatores negativos, ou dissuasórios, como a eficiência do aparelho policial e a punição. Dentre esses trabalhos, cabe destaque a Ehrlich (1973), Block e Heinecke (1975) e Leung (1995).

A presença ou não de uma viatura em patrulhamento nas cidades que compõem o 48° BPM interfere diretamente nas escolhas de indivíduos criminosos, contumazes ou não, propensos a cometerem crimes. A ausência de uma viatura em condições de pronta resposta incidirá diretamente na análise de delinqüentes nos custos/benefícios oriundos de sua ação.

Com a ausência da viatura, empenhada em ocorrência ou em deslocamento para a Delegacia de Plantão do município de Betim, é fácil uma decisão por parte do criminoso em sua análise do custo/benefício para o cometimento do seu delito. Situação que ocorre todos os dias na área do 48° BPM e com certeza influencia demasiadamente na criminalidade incidente nessa unidade e incide diretamente na quantidade de ocorrências geradas nas cidades que compõem o 48° BPM.

² Atividades rotineiras se referem às atividades do dia-a-dia das pessoas, a que horas saem para o trabalho, quantas pessoas ficam em casa, a que horas voltam, etc.

5 METODOLOGIA

Nesta seção buscou-se detalhar a metodologia utilizada na pesquisa e as técnicas necessárias ao levantamento dos dados pesquisados, apresentando, dentre outros, o problema e a problemática da pesquisa, a delimitação do tema pesquisado, os objetivos geral e específicos propostos, a hipótese básica levantada, as variáveis da pesquisa e sua justificativa.

“Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p.62).

Por método, Lakatos e Marconi (1983) definem como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

Assim, apresentam-se a seguir os itens formulados na metodologia.

5.1 Problema

A necessidade de investigar sobre o tema dessa pesquisa surgiu após observações cotidianas das atividades realizadas pelo 48º BPM, principalmente do encaminhamento das ocorrências registradas pela PM nas delegacias da PC, observou-se que em virtude do funcionamento se dar apenas no horário comercial, à noite, sábados, domingos e feriados as viaturas da PM tem que deslocar para outro município para encerramentos das ocorrências.

Dessa forma, as viaturas lançadas nas diversas localidades dos municípios de Ibirité, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho que distam do plantão do município de Betim, cerca de 12 (doze)KM até 79 (setenta e nove) KM, perfazem deslocamentos longos considerando a ida e a volta, causam prejuízos ao policiamento, aumentam os gastos de combustível, apresentam tempo excessivo despendido no atendimento de cada ocorrência, riscos nos deslocamentos, dentre outros.

5.3 Hipótese básica

O não funcionamento em período integral das unidades da Polícia Civil implica em prejuízos para a operacionalidade do 48º BPM, gera gastos para a administração pública e aumenta sobremaneira o tempo de empenho em ocorrências das viaturas da unidade.

5.4 Variáveis

Na hipótese básica, surge como variável independente “O não funcionamento em período integral das unidades da polícia civil” e como variável dependente “prejuízos para a operacionalidade do 48º BPM, gastos para a administração pública e aumento do tempo de empenho em ocorrências das viaturas da UEOP” .

5.5 Relação entre as variáveis

Para o caso em estudo, a relação entre as variáveis é assimétrica probabilista, ou seja, ocorrendo a variável independente, provavelmente ocorrerá a variável dependente.

5.6 Tipo de pesquisa quanto aos objetivos

Tem-se como objetivo dessa pesquisa Identificar os prejuízos operacionais gerados na área do 48º BPM, o tempo de empenho das viaturas em ocorrências e os gastos devido ao não funcionamento das unidades da Polícia Civil em período integral.

Portanto, essa pesquisa caracteriza-se como descritiva, uma vez que se pretende caracterizar o objeto de pesquisa de forma a identificar e analisar os problemas decorrentes do não funcionamento das unidades da Polícia Civil em período integral.

5.7 Tipo de pesquisa quanto ao modelo conceitual operativo

Quanto ao modelo conceitual operativo é pesquisa bibliográfica, documental e de observação direta, através da utilização de questionário, estruturado com questões abertas (Apêndice). Na primeira foi feito o levantamento da bibliografia contemporânea que trata do assunto, através de livros, publicações, internet e estudos de profissionais do setor. Na segunda foram levantados, organizados e analisados dados estatísticos extraídos do armazém de dados da PMMG, pertinentes ao assunto. Na terceira foi repassado

questionário aos militares Cmt de Companhia e Pelotões, Coordenadores de Policiamento da Unidade, (CPU) e comandantes de Viaturas, solicitando informações sobre o tema.

5.8 Natureza da pesquisa

A pesquisa realizada foi de caráter quantitativo, no que diz respeito aos questionários com questões fechadas dirigidas aos comandantes de companhias, comandantes de pelotões e comandantes de guarnições e CPU integrantes do 48º BPM.

5.9 Método de abordagem

O modelo de abordagem utilizado foi o hipotético-dedutivo, sugerido por Lakatos e Marconi (1986, p. 64), o qual parte da percepção de que toda pesquisa tem sua origem num problema para o qual se procura uma solução, através de tentativas (conjecturas, hipóteses, teorias) e eliminação de erros.

Utilizaram-se os princípios da administração pública, as teorias sociais do crime além de documentos normativos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que regulamentam a atividade ostensiva de prevenção.

Desta forma, elaborou-se um modelo de análise com hipóteses e variáveis as quais serão validadas através de pesquisa de campo buscando a solução do problema de pesquisa.

5.10 Método de procedimento

Foram empregados os métodos com a pretensão de avaliar os resultados da pesquisa de campo e comparar esses dados com aqueles levantados na caracterização do objeto:

a) Estatístico, que permite a comprovação ou não dos fenômenos e a relação entre si, a fim de obterem-se generalizações sobre sua natureza, ocorrências ou significados;

b) Monográfico, sugerido por Lakatos e Marconi (1986, p. 81), que consiste no estudo de determinados indivíduos, profissões, condições, instituições, grupos ou comunidades com a finalidade de obter generalizações.

5.11 Técnicas

Para Marconi e Lakatos (2006, p. 62) técnica “é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.”

Neste sentido, as informações e dados obtidos serão cruzados, visando à verificação de suas tendências, variações e as relações existentes entre as observações, possibilitando assim a produção científica de conhecimento.

5. 11.1 Documentação indireta

Nesse estudo, para compreensão do tema, utilizou-se de uma seleção teórica de autores contemporâneos, teorias da administração pública, através dos princípios da administração pública e teorias sociais do crime, além de documentos normativos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais que regulamentam a atividade ostensiva de prevenção.

Na pesquisa documental foram utilizadas informações do armazém de dados do Sistema Informatizado de Despesa Social (SINDS) e sistema de controle logístico referente aos gastos com abastecimento de viaturas.

5. 11.2 Documentação direta

Foi utilizada nesta pesquisa a observação direta extensiva através da aplicação de questionários.

5. 11.3 Descrição da observação direta extensiva

A observação direta extensiva deu-se pela aplicação de questionários que foram aplicados aos comandantes de companhias, comandantes de pelotões, CPU e comandantes de viaturas integrantes do 48º BPM.

5.11.4 Como foram aplicados

A aplicação dos questionários ocorreu nos meses de junho e julho de 2010, nas dependências da sede do 48º BPM, das Companhias de Polícia Militar (Cia PM) e Pelotões Policiais Militares (Pel PM) do 48º BPM, aos Coordenadores do Policiamento da Unidade (CPU) e aos Comandantes de viatura. Os questionários aos Cmt de Cia e Cmt de Pelotões e CPUs foram aplicados por este especializando, já os questionários aos Cmt de viaturas policiais militares foram aplicados pelos respectivos Comandantes de Cia e Pelotão, com dia e hora previamente agendados.

5. 11.5 Delimitação do universo

A população pesquisada foi constituída pelos militares Comandantes de Companhia da Polícia Militar, comandantes de Pelotões Policiais Militares, Coordenadores do Policiamento da Unidade (CPU) e Comandantes de Guarnições, todos pertencentes ao 48º BPM, totalizando de 96 (noventa e seis) policiais militares.

5. 11.6 Tipo de amostragem

Para a pesquisa realizada junto aos comandantes de fração e coordenadores de policiamento da UEOp foi realizada a de natureza censitária face ao número reduzidos de militares que atuam nestas funções, sendo 06 (seis) comandantes de frações e 08 (oito) coordenadores do policiamento da UEOp, distribuídos conforme tabela 15.

Para a pesquisa, realizada junto aos comandantes de viaturas operacionais foi necessária a delimitação de uma população, sendo necessário para obtenção desta, o levantamento de dados mais recentes, relacionados às ocorrências encerradas no município de Betim, as quais se referem ao objeto dessa pesquisa. O número de militares que comandam viaturas no 48º BPM foi definido por "n", como representação de todos os militares da unidade comandantes de viatura policial. Assim a população foi aferida a partir dos resultados encontrados. A obtenção desta população foi feita através de dados repassados pelas companhias e pelotões do 48º BPM.

Para determinação do tamanho mínimo da amostra foi aplicada a fórmula para cálculo de uma amostra aleatória simples (BARBETT, 1999; MORRITTIM, BUSSAB, 2003).

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot \Pi \cdot (1 - \Pi)}{(N-1) \cdot E^2 + Z^2 \cdot \Pi \cdot (1 - \Pi)}$$

Sendo:

- n = tamanho da amostra;
- Z = nível de confiança (95% = 1,96);
- N = tamanho da população ou universo;
- E = erro máximo permitido (5% = 0,05);
- Π = percentagem com que o fenômeno ocorre.

Por não conhecer o percentual relativo de “ Π ”, estima-se “ Π ” = 0,5%. A população é de 82 o erro máximo permitido é de 5% = 0,05, para o limite de confiança de 95%, o valor de “Z” será igual a 1,96, conforme indica a tabela proposta por Spiegel (apud BARBETT, 1999; MORRITTIM, BUSSAB, 2003).

Assim, obtemos o seguinte resultado:

$$n = \frac{82 \cdot (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{(82 - 1) \cdot (0,05)^2 + (1,96)^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)} = 17,38$$

Com intuito de manter a representatividade da amostra, foram obedecidos determinados critérios para sua constituição. Através deles, buscou-se manter as proporções verificadas na amostra, de acordo com o efetivo das companhias a serem pesquisadas, conforme tabela 15.

A tabela 15 demonstra quantidade de militares envolvidos na pesquisa realizada, suas funções e a distribuição deles nas frações que compõem o 48º BPM.

Tabela 15: Amostra por posto e graduação dos militares comandantes de fração, CPU e Comandantes de viaturas operacionais do 48º BPM pertencentes às Companhias e Pelotões que participaram da pesquisa de campo, no ano de 2010.

Militares Pesquisados do 48º BPM								
Fração Policial	Total de Militares de interesse da pesquisa	Total de militares pesquisados	Comandantes de fração		CPU		Comandantes de Viatura	
			Militares	Censo	Militares	Censo	Militares	Amostra
213ª Cia PM	20	8	1	1	2	2	17	5
214ª Cia PM	28	9	1	1	2	2	25	7
229ª Cia TM	10	4	1	1	1	1	8	2
3º Pel PM/ 214ª Cia PM	14	5	1	1	1	1	12	3
215ª Cia PM	16	6	1	1	1	1	14	4
3º Pel PM/ 215 Cia PM	8	4	1	1	1	1	6	2
Total	96	37	6	6	8	8	82	23

Fonte: Banco de dados do 48ºBPM.

Para a pesquisa, realizada junto aos boletins de ocorrência no ano de 2009 foi necessária o conhecimento de uma amostra referente aos meses do ano de 2009 para obtenção de dados referentes ao tempo de empenho e quantidade de ocorrências encerradas no município de Betim, os quais têm referência com o objeto dessa pesquisa.

O número de meses foi definido por “n”, como representação de todos os 12 (doze) meses do ano de 2009. Assim, a população foi aferida a partir dos resultados encontrados.

Para determinação do tamanho da amostra foi aplicada novamente a fórmula para cálculo de uma amostra aleatória simples (BARBETT, 1999; MORRITTIM, BUSSAB, 2003), já aplicada nesta seção.

Assim, foi analisada uma amostra das ocorrências registradas pelas guarnições policiais militares relativas a 3 (três) meses do ano de 2009.

5. 11.7 Tratamento estatístico

De acordo com Lakatos (2006) a Estatística não é um fim em si mesma, mas instrumento poderoso para análise e interpretação de um grande número de dados.

Para facilitar a análise e compreensão dos dados obtidos com o estudo quantitativo serão utilizados alguns traços da estatística, por meio de gráficos e tabelas resumo, de forma a responder as questões de interesse da pesquisa. Os dados serão trabalhados através do software EXCEL, buscando-se uma relação com as hipóteses estabelecidas.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Buscou-se saber através dos questionários aplicados, a realidade operacional vivenciada pelos policiais militares, durante a realização de suas atividades, principalmente aquelas voltadas para o comando e planejamento das ações policiais, inerentes aos Comandantes de Companhias e Pelotões, atividades de coordenação e controle, realizadas pelos Coordenadores do Policiamento da Unidade, e as atividades de patrulhamento preventivo, atendimento e encerramento de ocorrências sob a responsabilidade dos Comandantes de viatura policial.

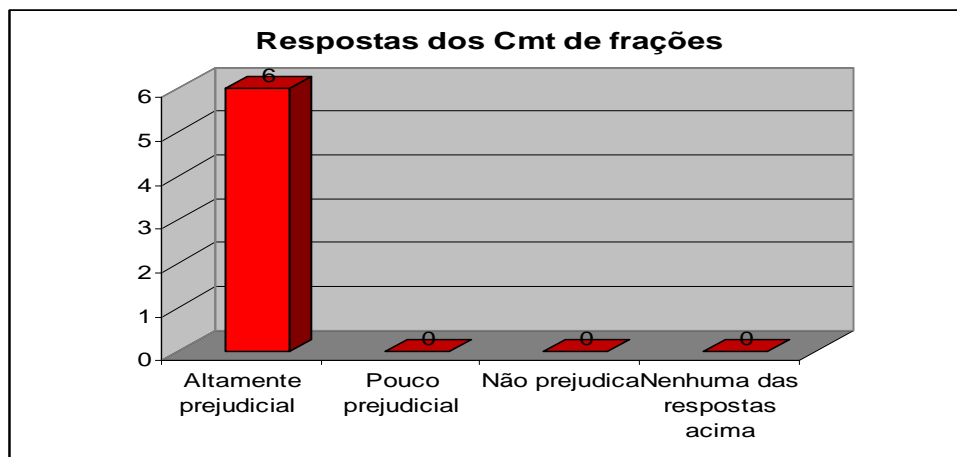
Tal metodologia é importante, pois, permite avaliar os prejuízos ao policiamento ostensivo, tempo de empenho das viaturas e gastos desnecessários no atendimento de ocorrências nas cidades que compõem o 48º BPM.

6.1 Análise dos questionários dos comandantes de fração.

A pesquisa realizada envolveu todas as frações do 48º BPM (Companhias e Pelotões), sendo os questionários respondidos por todos os seus comandantes, num total de 6 (seis) policiais militares, conforme Tabela 15.

A seguir, faz-se uma análise gráfica referentes às perguntas que compuseram os questionários aplicados.

Gráfico 11: Grau de prejuízo causado ao planejamento do policiamento preventivo em sua sub-área de responsabilidade devido ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 11, verifica-se que quanto ao prejuízo causado ao policiamento preventivo nas sub-áreas do 48º BPM, todos os seis comandantes de frações, ou seja, 100% dos militares pesquisados, responderam que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim é altamente prejudicial.

A situação é preocupante e não restaram dúvidas aos comandantes de frações dessa unidade ao responderem o questionário, conforme o gráfico 11.

A Constituição da República Federativa do Brasil, constituição cidadã de 1988 assegura em seu texto:

Artigo 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

V – Polícias Militares e corpos de Bombeiros Militares

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

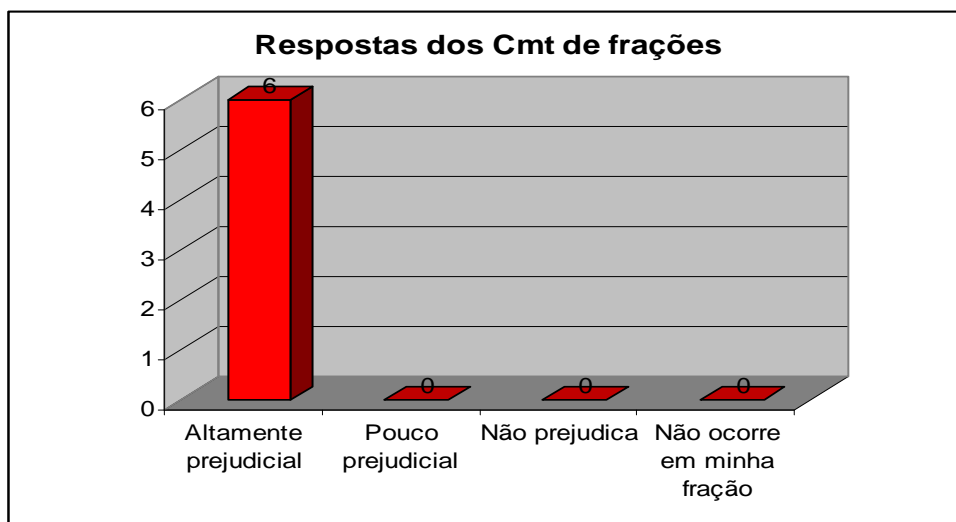
Estabelece-se, dessa forma, o marco normativo para atuação policial, evidenciando o papel do Estado na preservação da ordem pública, prevenção do crime e busca da paz social.

Por sua vez, a Constituição do Estado de Minas Gerais reza em seu texto;

Art 142, inciso I [...] cabe à Polícia Militar, a polícia ostensiva de prevenção criminal, de segurança [...]

Assim, percebe-se que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim, prejudica a missão principal da Polícia Militar executada na área do 48º BPM que é a prevenção de delitos.

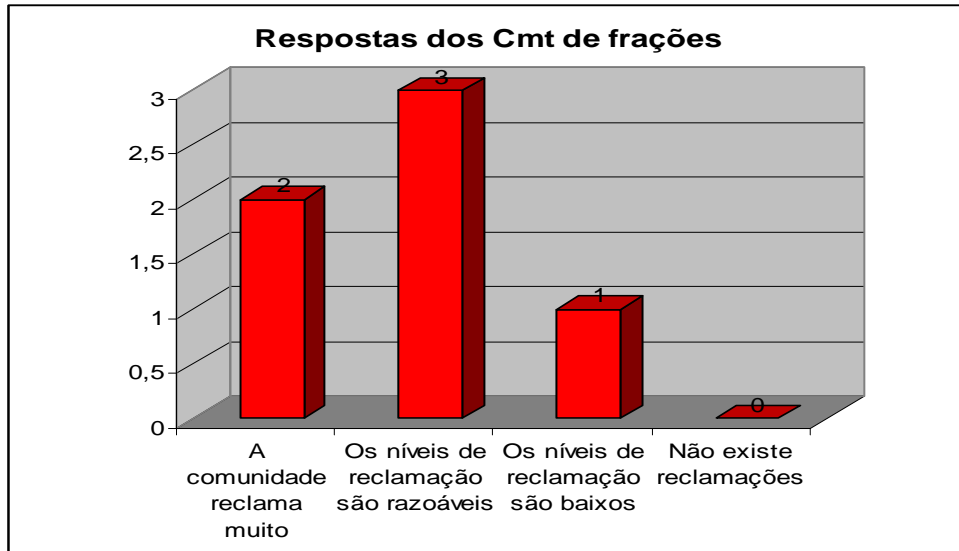
Gráfico 12: Grau de prejuízo causado ao planejamento para o controle da criminalidade na sub-área de responsabilidade devido ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 12, verifica-se que quanto ao prejuízo causado ao planejamento de controle da criminalidade nas sub-áreas do 48º BPM, todos os seis comandantes de frações, ou seja 100% responderam que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim é altamente prejudicial ao seu planejamento de controle da criminalidade.

Gráfico 13: Nível de reclamação da comunidade da sub-área referente à demora no atendimento às solicitações devido ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.



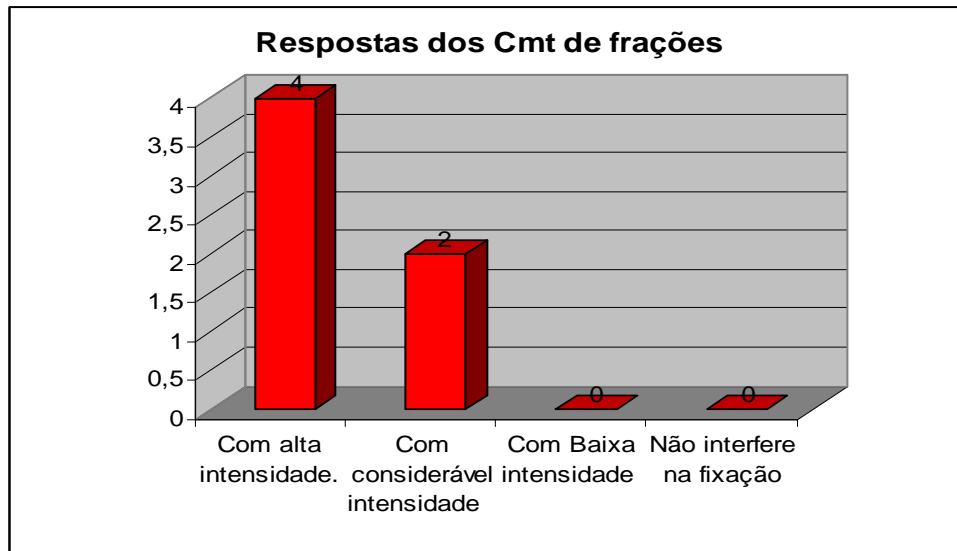
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pela análise dos dados acima citados, verifica-se na pesquisa realizada com os comandantes de frações do 48º BPM, que todos eles já obtiveram reclamações da comunidade devido ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Essas reclamações são feitas principalmente por causa do distanciamento e ausência das viaturas dos seus setores de policiamento, ocasionado pelo tempo excessivo de empenho das viaturas nas ocorrências encerradas na Delegacia de Plantão do município de Betim, demorando no atendimento das solicitações da comunidade, conforme tabela 12.

Analisando o gráfico 13, percebe-se que 33,33% dos comandantes de fração afirmaram que a comunidade reclama muito, já 50% dos comandantes de frações afirmam que os níveis de reclamação são razoáveis e outros 16,67% expuseram que os níveis de reclamação são baixos.

Gráfico 14: Grau de prejuízo á fixação das viaturas em seus setores de policiamento devido aos remanejamentos necessários em virtude dos deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

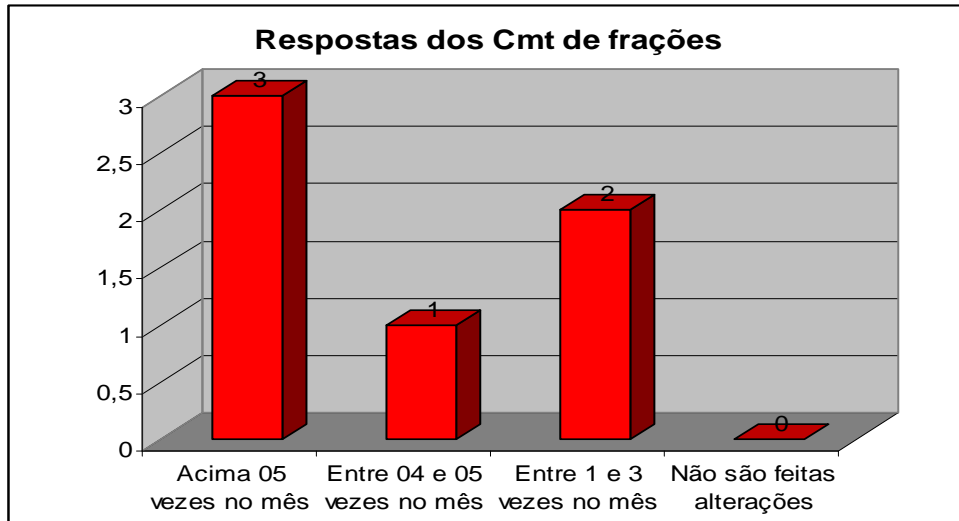


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pela análise do gráfico acima, verifica-se na pesquisa realizada junto aos comandantes de frações do 48º BPM, prevalecem afirmações que o encerramento de ocorrências, na Delegacia de Plantão do município de Betim, prejudica a fixação das guarnições de radiopatrulhamento preventivo em seus setores de patrulhamento. Isso ocorre devido aos remanejamentos que são necessários durante o turno de serviço para que uma viatura cubra o setor de outra que se encontra ausente por estar envolvida no encerramento de ocorrência na Delegacia de Plantão de do município de Betim.

Analisando o gráfico 14 percebe-se que 66,67% dos comandantes de fração percebem prejuízos com alta intensidade referentes à fixação de suas guarnições de rádio-patrulhamento em seus setores e outros 33,33% percebem consideráveis prejuízos a fixação de suas viaturas em seus setores de policiamento preventivo.

Gráfico 15: Frequência de alterações nas escalas de serviço, devido ao prolongamento do tempo de empenho das viaturas em virtude dos deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pela análise do gráfico 15, verifica-se na pesquisa realizada junto aos comandantes de frações do 48º BPM que prevalecem afirmações que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim, os sujeitam a fazer alterações com muita frequência nas escalas de serviço. Isso traz prejuízos para todo o seu planejamento operacional, devido a suas guarnições de radiopatrulhamento ficarem empenhadas por tempo excessivo e além do turno de serviço, ficando impossibilitadas de retornarem no próximo dia ou no mesmo dia para assumirem o serviço.

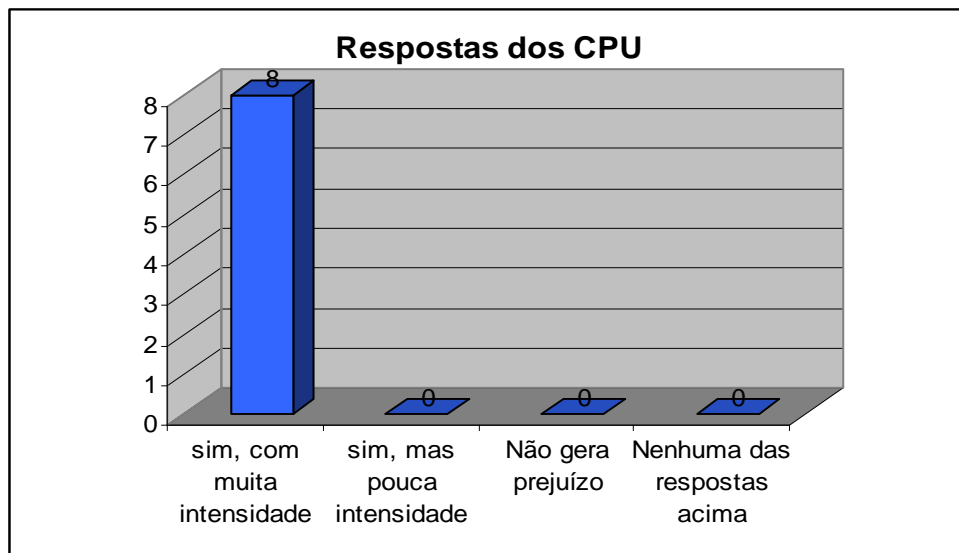
Analisando o gráfico 15 percebe-se que 50% dos comandantes de frações fazem acima de 5 alterações na escala de serviço no mês, já 16,67% dos comandantes de fração realizam entre 4 e 5 alterações na escala de serviço e outros 33,33% realizam entre 1 e 3 alterações nas escalas de serviço no mês.

Essa variação se explica com a demanda criminal de cada município, quanto maior a demanda, maior será o número de alterações.

6.2 Análise dos questionários dos CPU.

A pesquisa realizada envolveu todos os oficiais do 48ºBPM que exercem as funções de coordenadores do Policiamento da Unidade (CPU), sendo os questionários respondidos por eles, num total de 8 (oito) policiais militares, conforme Tabela 15.

Gráfico 16: Prejuízos gerados para a coordenação e controle do turno de serviço devido aos deslocamentos das viaturas até a Delegacia de Plantão do município de Betim para encerramento das ocorrências.

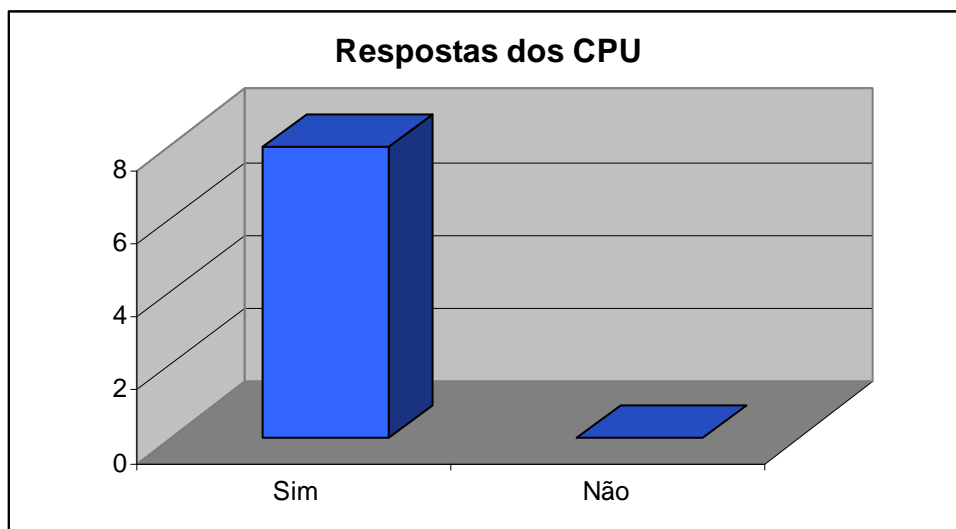


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 16, verifica-se que quanto ao prejuízo causado à coordenação e ao controle realizado pelos CPU do 48ºBPM, todos os oito Coordenadores do Policiamento da Unidade, ou seja 100% dos militares pesquisados responderam que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim prejudica com muita intensidade a coordenação e controle do turno de serviço.

O prejuízo ocorre principalmente porque com os deslocamentos das viaturas para a Delegacia de Plantão do município de Betim, diminui a quantidade de viaturas disponíveis no turno para o atendimento de ocorrência, conseqüentemente, as viaturas são retiradas de seus setores de policiamento, o que altera todo o planejamento dos CPU.

Gráfico 17: Aumento da demanda reprimida no tocante ao número de ocorrências em espera no turno de serviço, em virtude dos deslocamentos para o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

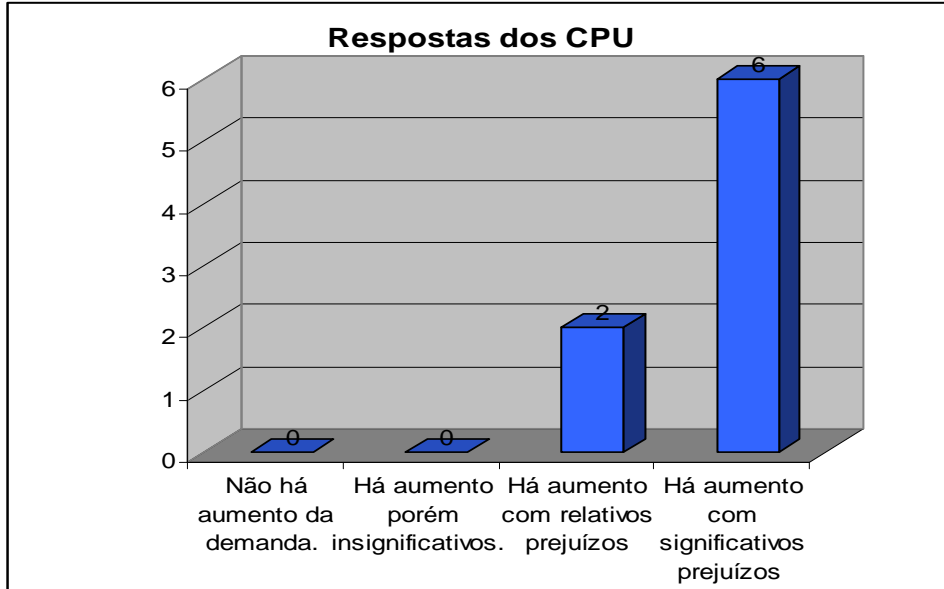


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 17, verifica-se que 100% dos militares pesquisados, CPU do 48º BPM responderam que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim aumenta a demanda reprimida durante o turno de serviço referente ao número de ocorrências em espera na área do 48º BPM.

A situação de aumento do número de ocorrências em espera transcende o serviço operacional da unidade, propriamente dito e, chega até a população, especificamente ao solicitante daquela ocorrência que está aguardando a liberação ou o retorno de uma viatura ao seu setor de patrulhamento. Esse fato causa descrédito à Polícia Militar, porque ocorrências deixarão de ser atendidas, fazendo com que o serviço prestado pela PMMG seja ineficiente.

Gráfico 18: Tendência da demanda reprimida no tocante à falta de viaturas para atendimento de ocorrências no turno de serviço, em virtude dos deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

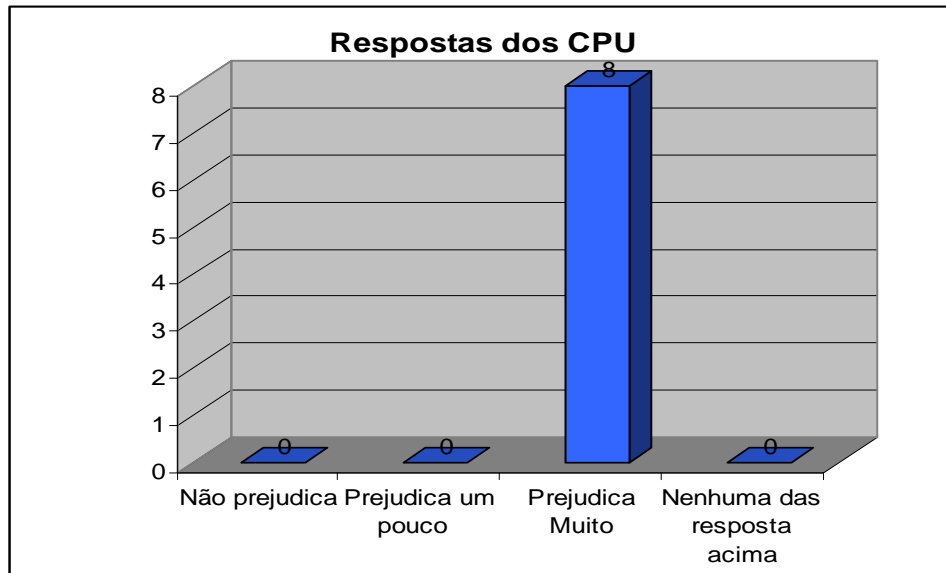
Analisando o gráfico 18, verifica-se que todos CPU do 48º BPM, responderam que há aumento da demanda reprimida no tocante à falta de viatura para atendimento de Ocorrências na área do 48º BPM, devido ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que para 25% dos coordenadores do Policiamento da Unidade há aumento da demanda reprimida durante o turno de serviço com relativos prejuízos para o atendimento ao público.

Para os outros 75% dos coordenadores do Policiamento da Unidade há aumento da demanda reprimida durante o turno de serviço com significativos prejuízos para o atendimento ao público.

O Prejuízo ocorre principalmente devido à falta de viaturas para o atendimento das ocorrências solicitadas, o que causa demora no atendimento ou até mesmo o não atendimento de determinadas ocorrências solicitadas pela comunidade e também pela ausência de patrulhamento preventivo causado pela demora no empenho das viaturas.

Gráfico 19: Prejuízo à ostensividade e ao policiamento preventivo durante o turno de serviço, em virtude dos deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.



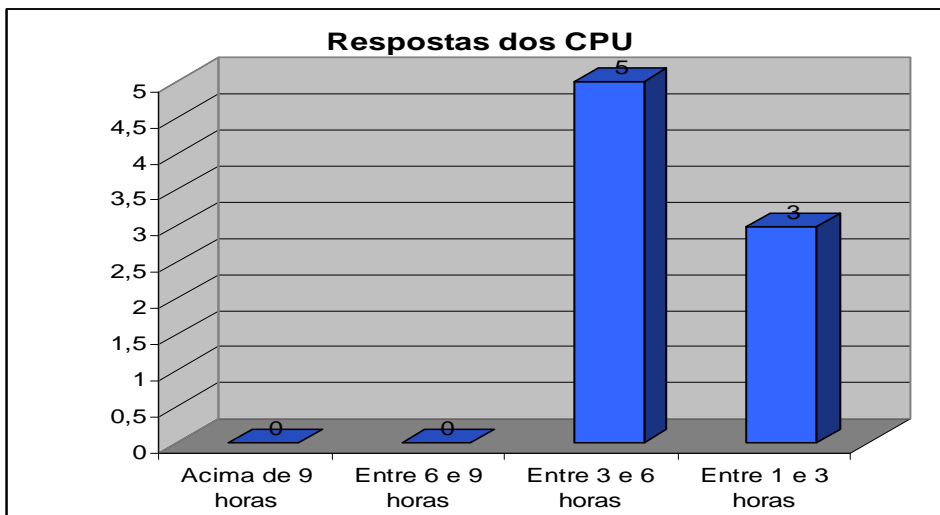
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 19, verifica-se que quanto ao prejuízo à ostensividade e ao policiamento preventivo, devido ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim, 100% dos militares pesquisados responderam que prejudica muito.

Conforme a própria Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 assegura em Artigo 144 que a segurança pública é exercida pela Polícia Militar, o que torna um marco normativo para a sua atuação. Cabe à PM a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e o policiamento ostensivo.

Como se constata nas respostas dos CPU a situação de encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim prejudica muito a ostensividade e o policiamento preventivo executado pelo 48º BPM e, por consequência, prejudica a missão principal da Polícia Militar executada na área do 48º BPM que é a prevenção de delitos e a busca da tranquilidade e da paz social.

Gráfico 20: Tempo médio de empenho das viaturas quando se deslocam para Delegacia de Plantão do município de Betim, para encerramento de ocorrências.

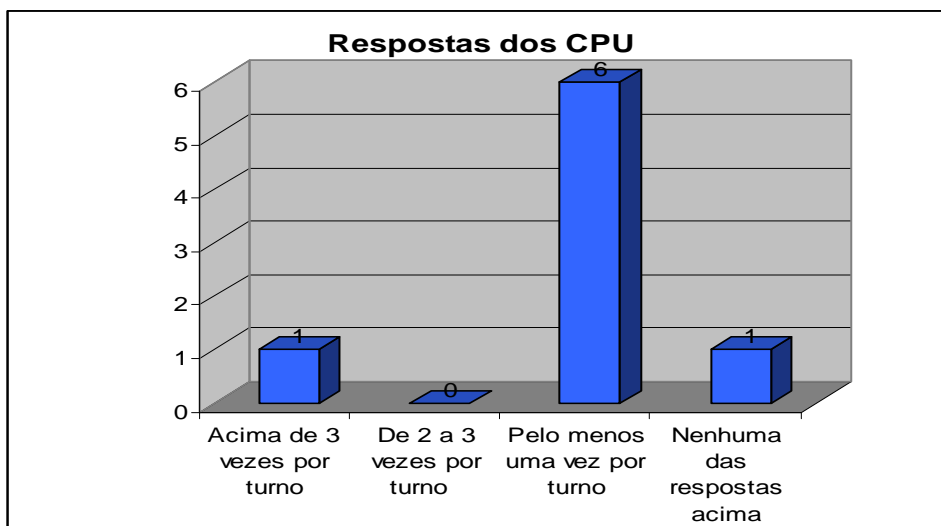


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na opinião de 62,5% dos Coordenadores do Policiamento da Unidade, o tempo médio de empenho de uma viatura em uma ocorrência quando se desloca para o encerramento na Delegacia de Plantão do Município de Betim, é de 3 a 6 horas. Tempo esse, que dentro de um turno de serviço de 8 horas, praticamente impossibilita a equipe de realizar as atividades programadas.

Já 37,5% dos Coordenadores do Policiamento da Unidade afirmaram que o tempo médio de empenho é de 1 a 3 horas.

Gráfico 21: Cobrança por parte da comunidade durante o serviço dos CPU em virtude da demora no atendimento das ocorrências devido aos deslocamentos para Delegacia de plantão do município de Betim, para encerramento de ocorrências.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Na opinião de 12,5% dos Coordenadores do Policiamento da Unidade, eles afirmam que recebem cobrança por parte da comunidade acima de 3 vezes por turno, devido à demora no atendimento das ocorrências em virtude do deslocamento para o encerramento das ocorrências na Delegacia de Plantão do Município de Betim.

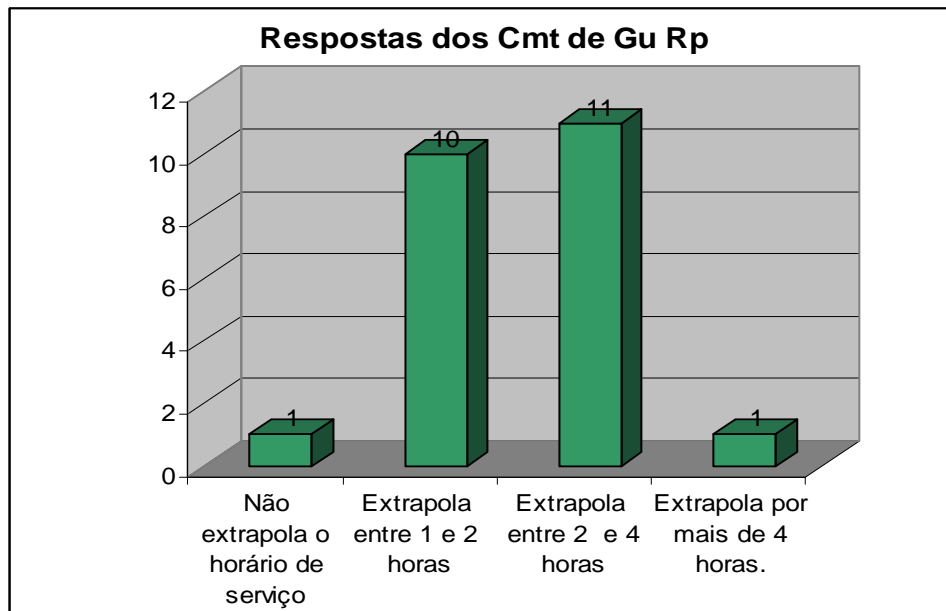
Na opinião de 62,5% dos Coordenadores do Policiamento da Unidade, eles afirmam que, pelo menos uma vez por turno recebem cobrança por parte da comunidade.

E apenas 12,5% dos Coordenadores do Policiamento da Unidade afirmam que nunca receberam cobrança por parte da comunidade.

6.3 Análise dos questionários dos comandantes de Guarnições de Radiopatrulha (GuRp).

A pesquisa realizada envolveu todas as frações do 48° BPM, sendo retirada uma amostra dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulha (Gu Rp), sendo os questionários respondidos por eles, num total de 23 (vinte e três) Policiais Militares, nas graduações de Sargentos (SGT) e Cabos (Cb), conforme Tabela 15.

Gráfico 22: Considerando que o turno de serviço é de 8 (oito) horas, quando há encerramento de ocorrências no município de Betim, normalmente o que ocorre com relação ao horário de serviço.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

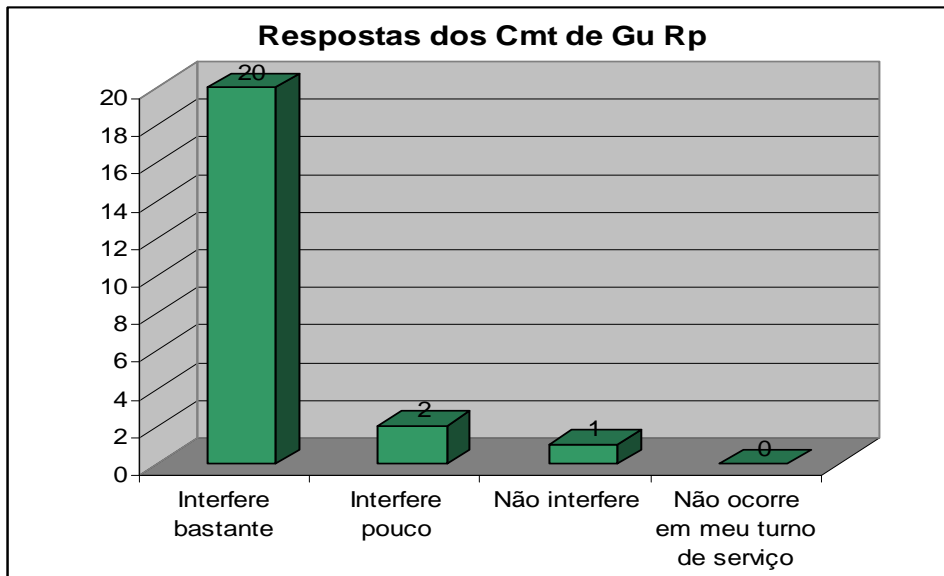
Conforme a pesquisa realizada, 4,35% dos comandantes de guarnições de radiopatrulhamento (Gu Rp) não extrapolam o horário de serviço.

No entanto, 43,48% dos Comandantes de Guarnições extrapolam entre 1 e 2 horas o seu horário normal de seu turno de serviço.

Outros 47,83% dos Comandantes de Guarnições extrapolam entre 2 e 4 horas o seu horário normal de seu turno de serviço.

Já 4,35% dos comandantes de guarnições de Gu Rp geralmente extrapolam o horário de serviço do turno normal em mais de 4 horas do seu turno de serviço.

Gráfico 23: Em qual intensidade o encerramento de ocorrência, fora do seu setor de patrulhamento, interfere na quantidade de ocorrências geradas em seu turno de serviço.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Segundo 86,97% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento, o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim, interfere bastante na quantidade de ocorrência gerada durante o seu turno de serviço.

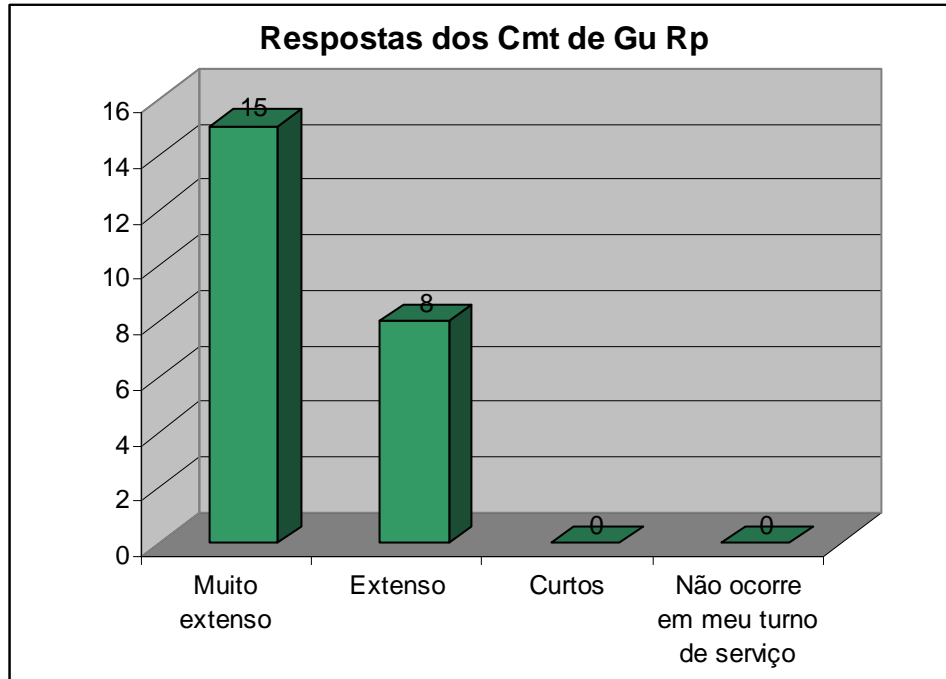
Esse resultado está diretamente relacionado com a ausência do patrulhamento e policiamento preventivo, que é o objetivo principal das Gu Rp lançadas em seus setores de policiamento. Em concordância com Clarke e Felson (1998) na teoria das oportunidades, não havendo policiamento preventivo (guardião capaz) aumentam-se as oportunidades e, conseqüentemente, há o aumento da incidência de delitos.

Outros 8,7% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento afirmam que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim, interfere pouco na quantidade de ocorrência gerada durante o seu turno de serviço.

E 4,35% dos comandantes de guarnições de Gu Rp afirmam que o encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim, não interfere na quantidade de ocorrências geradas durante o seu turno de serviço.

Nas frações menores, esses dados se explicam devido à quantidade menor de solicitações para atendimento de ocorrências, a exemplo do município de Mário Campos.

Gráfico 24: Com relação à distância percorrida, como você considera os deslocamentos para encerramento de ocorrência no município de Betim.



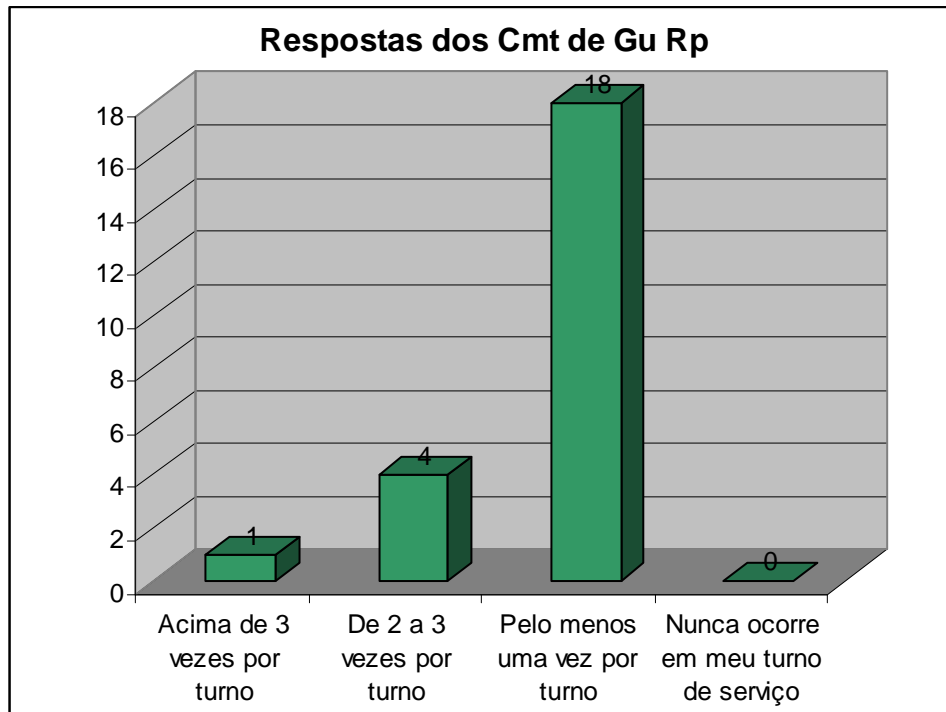
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Segundo 65,22% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento, o deslocamento para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim é muito extenso.

Outros 34,78% dos comandantes de guarnições de Gu Rp afirmam que o deslocamento é extenso.

A extensão desses deslocamentos interfere diretamente no aumento do gasto de combustível do 48º BPM. Conforme a tabela 14 verifica-se que o valor total gasto por mês, somente nos deslocamentos para encerramento das ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim chega a R\$ 1.532,97 (um mil quinhentos e trinta e dois reais e noventa e sete centavos), o que equivale a 990 (novecentos e noventa) litros de combustíveis gastos mensalmente ou desperdiçados.

Gráfico 25: Qual é a frequência dos deslocamentos para encerramento de ocorrência fora do seu setor de patrulhamento.



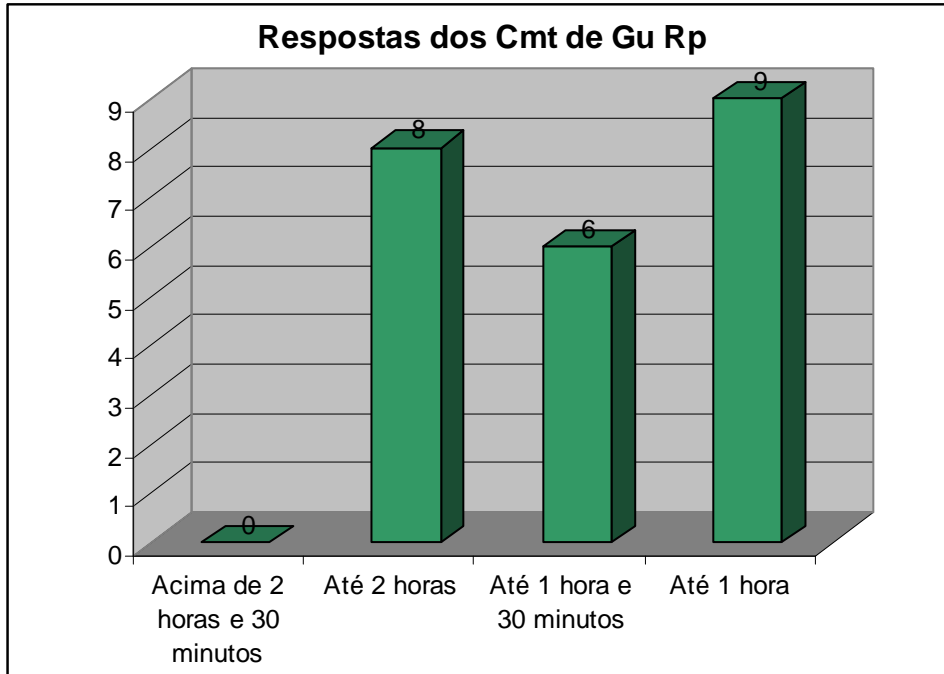
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Segundo a pesquisa realizada, 4,35% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento deslocam acima de 3 vezes por turno para a Delegacia de Plantão do município de Betim para o encerramento de ocorrências.

17,39% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento deslocam entre 2 e 3 vezes por turno para a Delegacia de Plantão do município de Betim para o encerramento de ocorrências.

Outros 78,26% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento afirmam que deslocam pelo menos uma vez por turno para encerramento de ocorrência.

Gráfico 26: Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor de patrulhamento, desde o acionamento inicial até a liberação pelo CICOP quando não há lavratura do flagrante.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

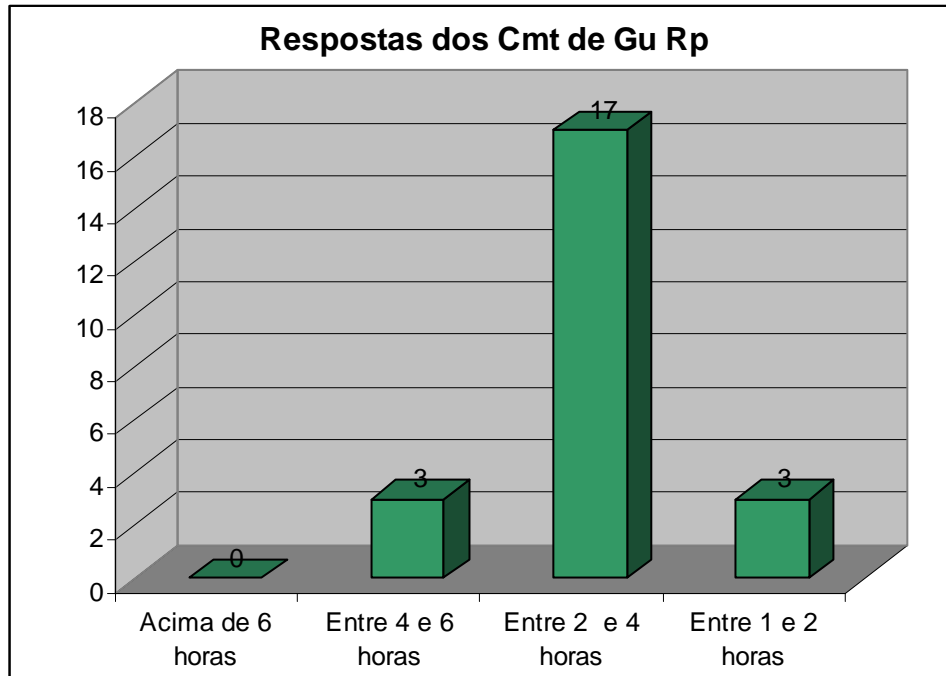
Segundo a pesquisa realizada, 34,78% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam até 2 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor quando não há lavratura do flagrante.

De acordo com os dados analisados, 26,09% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam até 1 hora e 30 minutos para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor quando não há lavratura do flagrante.

Outros 39,13% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento afirmam que gastam até 1 hora para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor quando não há lavratura do flagrante.

Analisando esses dados, podemos certificar que 65,22% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam no máximo 1 hora e 30 minutos em uma ocorrência desde o acionamento inicial até a sua liberação para o patrulhamento quando as ocorrências são encerradas no seu setor de patrulhamento e não há lavratura do flagrante delicto.

Gráfico 27: Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, desde o acionamento inicial até o retorno ao seu local de patrulhamento, quando não há lavratura do flagrante.



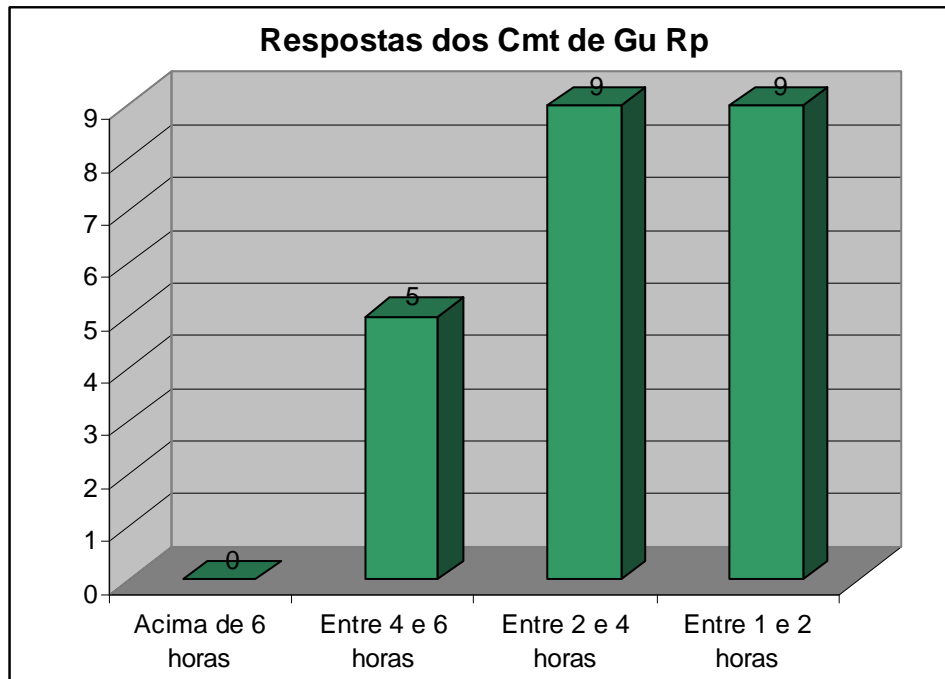
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Segundo a pesquisa realizada, 13,04% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam entre 4 e 6 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, quando não há lavratura do flagrante.

Já 73,92% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam entre 2 e 4 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão, quando não há lavratura do flagrante.

Outros 13,04% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam entre 1 e 2 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, quando não há lavratura do flagrante.

Gráfico 28: Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor de patrulhamento, desde o acionamento inicial até a liberação pelo CICOP quando há lavratura do flagrante.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

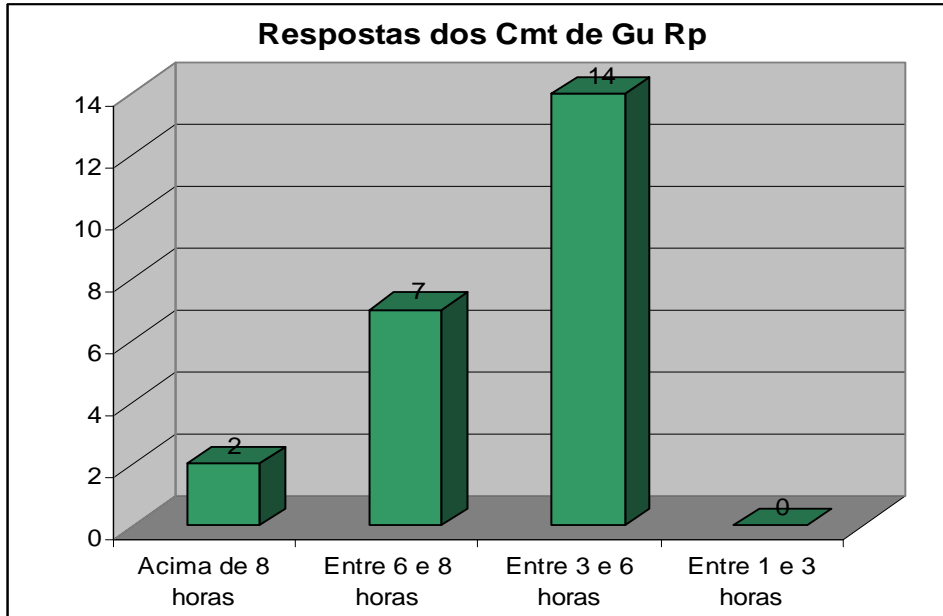
Segundo a pesquisa realizada, 21,74% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam entre 4 e 6 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor, quando há lavratura do flagrante.

De acordo com os dados analisados 39,13% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam entre 2 e 4 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor, quando há lavratura do flagrante.

Outros 39,13% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento afirmam que gastam entre 1 e 2 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor, quando há lavratura do flagrante.

Percebe-se que o tempo médio de empenho das viaturas em ocorrências encerradas no seu setor de patrulhamento, quando há lavratura do flagrante, é equivalente ao tempo de empenho das viaturas quanto encerram ocorrências na Delegacia de Plantão quando não há a lavratura do flagrante delito.

Gráfico 29: Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, desde o acionamento inicial até o retorno ao seu local de patrulhamento, quando há lavratura do flagrante.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

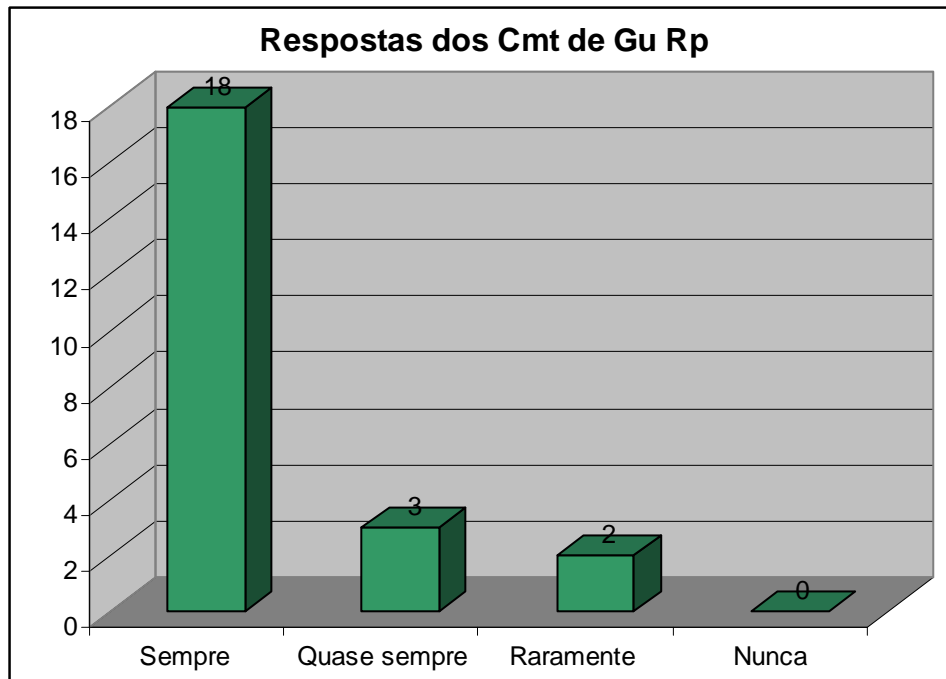
Segundo a pesquisa realizada, 8,7% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam acima de 8 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, quando há lavratura do flagrante.

Já 30,43% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam entre 6 e 8 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia do seu setor, quando há lavratura do flagrante.

Outros 60,87% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam entre 3 e 6 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, quando há lavratura do flagrante.

Analisando esses dados, certifica-se que 39,13 % dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento gastam acima de 6 horas para encerrar uma ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, quando há lavratura do flagrante e considerando que o turno de serviço é de 8 horas, uma única ocorrência com flagrante a ser encerrada na DP do município de Betim já inviabiliza aquela Gu Rp para qualquer outra atividade.

Gráfico 30: Você acredita que os deslocamentos geram risco de acidentes para a Guarnição de Radiopatrulhamento.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

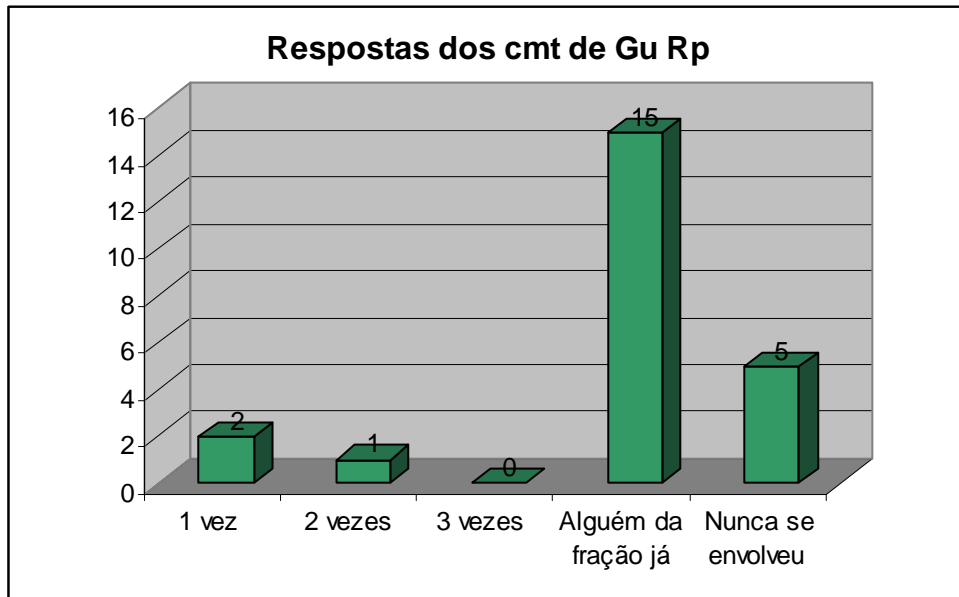
Segundo 78,26% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento, os deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim sempre geram risco de acidentes para a equipe.

13,04% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento afirmam os deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim, quase sempre geram riscos de acidentes para a equipe.

Outros 8,7% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento afirmam que os deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim, raramente geram risco de acidentes para a equipe.

Conforme afirmam a maioria dos Comandantes de Guarnição, os deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim sempre geram risco de acidentes automobilísticos e risco para a segurança dos policiais militares, referentes às escoltas dos presos e envolvidos nas ocorrências.

Gráfico 31: Você já se envolveu em acidente com a viatura nos deslocamentos para encerramento de ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 31, nota-se que 8,7% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento já se envolveram pelo menos 1 vez em acidentes com a viatura, durante deslocamento para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

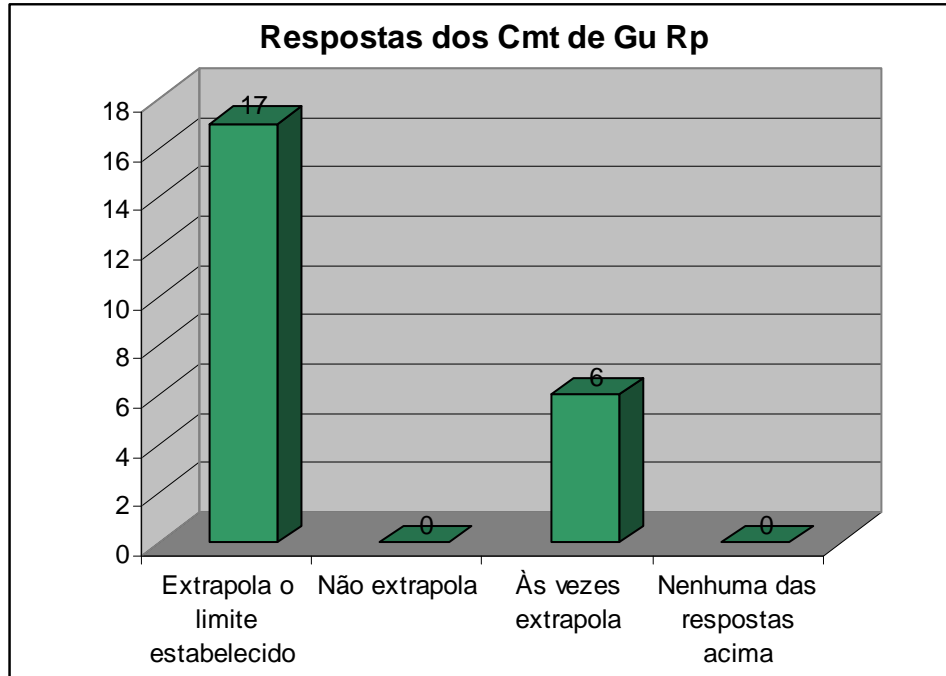
Outros 4,35% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento já se envolveram pelo menos 2 vezes em acidentes com a viatura, durante deslocamento para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Já 65,22% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento conhecem alguém de sua fração que já se envolveu em acidentes com a viatura, durante deslocamento para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Por outro lado 21,73% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento nunca se envolveram em acidentes com a viatura, durante deslocamento para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Conforme verifica-se nessas afirmações dos Comandantes de Gu Rp, para a maioria deles, os deslocamentos até a Delegacia de Plantão geram riscos de acidentes e riscos à segurança dos Policiais Militares.

Gráfico 32: Com relação ao limite de gasto de combustível, quando ocorre o encerramento de ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim, normalmente você.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Analisando o gráfico 32, nota-se que 73,91% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento extrapolam o limite de gasto de combustível estabelecido pela UEOp, devido ao deslocamento para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Conforme a pesquisa realizada, 26,09% dos Comandantes de Guarnições de Radiopatrulhamento, às vezes, extrapolam o limite de gasto de combustível estabelecido pela UEOp, devido aos seus deslocamentos para a Delegacia de Plantão do município de Betim.

O resultado dessa pesquisa demonstra uma situação grave e preocupante que está diretamente relacionada com os gastos de combustível da unidade. Devido à necessidade de controle estabelecido pelo Estado, que busca incessantemente lisura e economicidade em suas ações, cada UEOp possui cotas limitadas de gasto de combustível, inclusive o 48º BPM que controla mensalmente a quilometragem rodada por viatura, para não ultrapassar o limite de gasto da UEOp. Contudo, devido aos longos deslocamentos para encerramento de ocorrências esse limite constantemente é ultrapassado, trazendo prejuízos também para o patrulhamento preventivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho monográfico tratou a respeito dos óbices do policiamento ostensivo na área do 48º Batalhão da Polícia Militar devido ao não funcionamento em período integral das Delegacias da Polícia Civil. Tratou-se do assunto sob o enfoque dos reflexos que essa situação gera nas ações policiais desenvolvidas em toda a área do 48º BPM, principalmente os reflexos negativos gerados no encerramento de ocorrências pelas viaturas das frações que compõem a UEOp.

A situação do não funcionamento das Delegacias da Polícia Civil em período integral, ou seja, funcionando apenas no horário comercial de 08h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, faz com que todos os dias à noite, aos sábados, domingos e feriados, todas as ocorrências geradas na área do 48º BPM, nas cidades de Ibirité, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho sejam encerradas na Delegacia de Plantão da Polícia Civil no município de Betim. Tal situação gera gastos para a UEOp com combustíveis para as viaturas, aumenta o tempo de empenho das viaturas nas ocorrências e com isto reduz o policiamento ostensivo preventivo, favorecendo o aumento do número de ocorrências geradas e consequentemente da incidência criminal.

A motivação para a realização dessa pesquisa foram as antigas e constantes reclamações, principalmente dos Policiais Militares que trabalham na área operacional do 48º BPM, devido aos constantes problemas, surgidos e agora mostrados, pela forma com que se realiza o encerramento de ocorrências na área dessa unidade.

Para compreensão do objeto de pesquisa, inicialmente procurou-se um embasamento teórico que possibilitasse o entendimento do assunto que até então se apresentava de maneira obscura e de difícil observação. Assim, para facilitar utilizou-se metodologicamente a análise fragmentada de alguns aspectos fundamentais para obtenção de uma visão consistente e sistematizada do problema, de forma a possibilitar possíveis soluções.

Fez-se uma avaliação das teorias do crime, especificamente da teoria das atividades rotineiras ou teoria das oportunidades e teoria econômica do crime ou teoria da escolha racional do crime, ambas diretamente relacionadas com a ausência das viaturas em seus locais de patrulhamento devido aos deslocamentos para encerramento das ocorrências na Delegacia de Plantão da Polícia Civil do município de Betim. Fez-se ainda a análise dos

princípios da administração pública, notadamente, o princípio da eficiência e o princípio da economicidade. Assim, prioritariamente, essa pesquisa baseou-se em diversos ramos das ciências sociais, como: sociologia, psicologia e administração.

O objetivo geral da presente pesquisa foi identificar os óbices enfrentados pelo policiamento ostensivo e os prejuízos gerados na área do 48º BPM, face ao não funcionamento das unidades da Polícia Civil em período integral.

Quanto aos objetivos específicos foram definidos para o trabalho:

a) Mensurar os gastos causados pelos deslocamentos para encerramento das ocorrências;

b) Verificar o tempo gasto em ocorrências encerradas fora do horário comercial pelas viaturas das frações do 48º BPM.

c) Descrever os prejuízos causados à operacionalidade em decorrência de ocorrências encerradas fora do horário comercial;

Utilizou-se, ainda, para verificação da hipótese e alcance dos objetivos específicos a aplicação de questionários com policiais militares da UEOp, que exercem as funções de Comandantes de Fração Policial, Companhia ou Pelotão, Coordenadores do Policiamento da Unidade (CPU) e comandantes de viatura policial, visando formar uma convicção a cerca dos óbices ao policiamento ostensivo, referentes ao encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Da análise dos dados obtidos através dos questionários e consultas no armazém de dados estatísticos, concluiu-se que a operacionalidade do 48º BPM tem sido diretamente afetada pelo encerramento das ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim.

Dentre os dados analisados mais relevantes, verificou-se que:

1º) O encerramento de ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim é altamente prejudicial ao planejamento de policiamento preventivo;

2º) O encerramento de ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim é altamente prejudicial ao planejamento para o controle da criminalidade exercido pelos comandantes de frações;

3º) O encerramento de ocorrência na Delegacia de Plantão do município de Betim impede a fixação das viaturas em seus setores de policiamento e causa o distanciamento do policiamento da comunidade;

4º) Os deslocamentos das viaturas para a Delegacia de Plantão do município de Betim para encerramento das ocorrências são altamente prejudiciais para a coordenação e controle dos CPU;

5º) Os deslocamentos das viaturas para a Delegacia de Plantão do município de Betim aumentam o número de ocorrências em espera para atendimento, o tempo de espera das ocorrências e o número de ocorrências não atendidas por falta de viaturas;

7º) O encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão no município de Betim interfere diretamente no aumento do número de ocorrências geradas nas cidades que compõem o 48º BPM.

8º) O encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão no município de Betim causa um aumento do tempo de atendimento de ocorrências na ordem de 258,22% quando se refere ao encerramento durante a semana à noite. Quando se refere ao encerramento de ocorrências nos finais de semana, há um aumento de 322,43% comparando-se com o encerramento que é feito nas Delegacias de Polícia Civil das cidades de cada fração policial militar que compõem o 48º BPM.

9º) Os deslocamentos para encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão da Polícia Civil no município de Betim, geram gastos com o consumo de combustível na ordem de 990 (novecentos e noventa) litros por mês.

Portanto, verifica-se que todos os objetivos propostos foram atingidos, sendo verificado o prejuízo causado ao policiamento ostensivo, o qual se traduz principalmente pelos prejuízos gerados à coordenação e ao controle do turno de serviço executada pelos CPU. Dentre os mais relevantes, podemos citar: prejuízos ao planejamento para o controle da criminalidade; prejuízos ao planejamento das atividades de policiamento ostensivo, exercidos pelos comandantes de fração e prejuízos à fixação das viaturas em seus setores de policiamento.

Foram mensurados os gastos gerados para a UEOp diretamente relacionados ao combustível utilizado nos deslocamentos das viaturas para a Delegacia de Plantão de Betim para o encerramento de ocorrência conforme tabela 14.

Foi verificado o tempo gasto no atendimento das ocorrências que são encerradas na Delegacia de Plantão do município de Betim conforme tabela 11.

A hipótese básica que orientou o presente estudo – o não funcionamento em período integral das unidades da Polícia Civil implica em prejuízos para a operacionalidade do 48º BPM, gera gastos para a administração pública e aumenta sobremaneira o tempo de empenho em ocorrências das viaturas da unidade – foi comprovada através da pesquisa literária que abordou os princípios da Administração pública, notadamente os princípios da eficiência e economicidade (seção 3), teorias sociais do crime, teoria das atividades rotineiras ou teoria das oportunidades e teoria da escolha racional ou teoria econômica do crime (seção 4) e ainda, através da pesquisa de campo, através da qual observa-se a maioria das manifestações conforme seção 6.

A importância dessa pesquisa consiste fundamentalmente na necessidade de se conhecer o problema através do diagnóstico consistente e detalhado, amparados na realidade e nos aspectos que circundam o assunto, quer sejam sociais, administrativos ou institucionais, que favorece o estabelecimento de procedimentos e mudanças de comportamentos sejam legais, doutrinários e institucionais, que possibilitem a alteração da realidade atual, possibilitando a solução dos problemas apresentados.

Portanto percebe-se que é urgente uma nova postura do Sistema de Defesa Social do Estado de Minas Gerais para que o problema aqui apresentado possa ter uma solução. É necessário que, de forma urgente, se estruture a Delegacia Seccional do Município de Ibité para que ela possa funcionar de fato 24 horas e tenha capacidade de receber toda a demanda de segurança pública da área do 48º BPM, com o objetivo de: reduzir os deslocamentos para encerramento de ocorrências; reduzir os gastos de combustível e principalmente, atender com eficiência e eficácia os mais de 232.000 (duzentos e trinta e dois mil) habitantes dos municípios de Ibité, Sarzedo, Mário Campos e Brumadinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- 2 BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. **Princípio constitucional da eficiência administrativa**. 1. ed. Belo Horizonte: Mandamentos Editora, 2004.
- 3 BARBETT, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 3. ed. Florianópolis: USCC, 1999.
- 4 BEATO FILHO, C. C. **Políticas Públicas de Segurança: Equidade, Eficiência e Accountability**. Disponível em: < <http://www.crisp.ufmg.br/polpub.htm> > Acesso em 23 Mai. 2010.
- 5 BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 9ª ed Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.
- 6 BRASIL, Ministério do Exército, Inspetoria Geral da Polícias Militares. **Manual Básico de Policiamento Ostensivo**. Ed Corag, 1985.
- 7 BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de segurança Pública, 2003.
- 8 BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas**. Tradução: Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo.
- 9 CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Planejamento estratégico da segurança pública**. Série Temas Sociais. (200-). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: mai. 2010.
- 10 CLARKE, Ronald V. FELSON, Marcus. **“Opportunity Makes the Thief, Practical theory for crime prevention”**. Ed. Barry Webb Home Office, 1998.
- 11 CLARKE, Ronald. V. **“Situational Crime Prevention: Successful Case Studies”**.

Guilderland, NY: Harrow and Heston. 1997

- 12 COHEN, Stanley. **Visões del Control Social**. Barcelona: PPU, 1985.
- 13 DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e Controle sobre a Polícia**. A Experiência Norte Americana, 2ª edição, 2003.
- 14 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. “**Direito Administrativo**”, 8ªed., São Paulo, Atlas, 1997, p. 490
- 15 DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli Viana. **Manual para elaboração de projetos e pesquisas**. 3. ed. Montes Claros, UNIMONTES 2002.
- 16 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 1.ed., 11. imp). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1977, p 172.
- 17 FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG,2007.
- 18 **Fundação opina sobre conceitos de economicidade e operacionalidade**, revista do TCE/MT, nº 10, ago/1989, pp. 49/58.
- 19 GARCIA, Ermerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. Rio de Janeiro, Editora Lúmen Juris, 2002.
- 20 IBIRITÉ, **História do município de Ibirité/MG**. Disponível em: < <http://www.ibirité.mg.gov.br> > Acesso em 03 Ago. 2010.
- 21 JARDIM, Décio Lima; Marcio Cunha Jardim, “**História e riquezas do município de Brumadinho**”. 1. Ed. Belo Horizonte: Fundação Maria Resende costa, 1982, 122 p.
- 22 KLIKSBURG, Bernardo. “**Uma gerência pública para os novos tempos**”. In: KLIKSBURG, Bernardo. O desafio da exclusão - para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1.997, pp. 74-97.
- 23 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia**

- Científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 174 p.
- 24 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1983.
- 25 MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **Crime, Sociologia e Políticas Pública**. 1. ed. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2004. 140 p.
- 26 MARÇAL, Justen Filho. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2000.
- 27 MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. In: AZEVEDO, Eurico deAndrade; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE F., José Emmanuel (atual.). 33. ed. São Paulo: 2007.
- 28 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006;
- 29 MINAS GERAIS. Constituição 1989. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1990.
- 30 MINAS GERAIS, Polícia Militar. Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº 1/2004-CG: **Atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a Filosofia dos Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, março de 2004. 109p.
- 31 MINAS GERAIS, Polícia Militar. Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº 04/2002-CG: **A Filosofia de Polícia Comunitária na Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 16 de dezembro de 2002. 71p.
- 32 MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública Nº 05/2.002- CG. Estruturação e Funcionamento de Conselhos Comunitários de Segurança Pública – Consep**. Belo Horizonte/MG, 27 de dezembro de 2002. 29p.

- 33 MINAS GERAIS, Polícia Militar. Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº 06/2003-CG: **O Papel do Administrador da Polícia Ostensiva de preservação da Ordem Pública sob os efeitos sociais, políticos e econômicos da nova ordem mundial (Globalização)**. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 02 de maio de 2003. 16p.
- 34 MINAS GERAIS, Polícia Militar. Diretriz para a produção de serviços de segurança pública nº 08/2004-CG: **Atuação da Polícia Militar de Minas Gerais segundo a Filosofia dos Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Comando-Geral da PMMG, 19 de janeiro de 2004. 16p.
- 35 MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Plano Estratégico 2009-2011**. Belo Horizonte, 2008 93p.
- 36 MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002. 2930 p.
- 37 MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**. 14ª edição, São Paulo: Forense, 2009. pp. 106/107.
- 38 NASCIMENTO, do. E. P. **Violência e Segurança Pública no Brasil e na América Latina**. Violência Urbana: o eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX In: _ Políticas de Segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Editora Massangana. 2002.p. 13-31.
- 39 NÓBREGA, Marcos; Carlos Maurício Figueiredo, "**Direito administrativo, financeiro e gestão pública**". São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, 364 p.
- 40 OLIVEIRA, Régis Fernandes de HORVATH, Estevão; e TAMBASCO, Teresa Cristina Castrucci. **Manual de Direito Financeiro**, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1990, p. 94.
- 41 OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro** São Paulo, Editora Revista dos Tribunais; 2006.
- 42 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter (org). **Reforma do Estado de**

administração pública gerencial. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- 43 ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda. 2006.
- 44 SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 2001.
- 45 SAPORI, Luis Flávio. **Os desafios da polícia brasileira na implementação da ordem sob a lei**. In: RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo (coords). Política, democracia e sociedade. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.
- 46 SARZEDO, **História de Sarzedo/MG**. Disponível em: < <http://www.ibirité.mg.gov.br> > Acesso em 03 Ago. 2010.
- 47 SOARES, L. E. **Segurança tem saída**. São Paulo: Sextante, 2006.
- 48 TORRES, Ricardo Lobo. “**O Tribunal de Contas e o controle da legalidade, economicidade e legitimidade**”. Rio de Janeiro, Revista do TCE/RJ, nº 22, jul/1991, pp. 37/44.

APÊNDICE A: Questionários.**a) Aos comandantes de Cia PM e Pelotões PM do 48º BPM.****ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Em de de 2010
Ofício S/Nr – CESP 2010
Aos

Como aluno do Curso de Especialização em Segurança Pública, estou realizando uma pesquisa sobre os óbices ao policiamento ostensivo em decorrência do encerramento de ocorrências na Delegacia de Plantão do município de Betim. Assim, este questionário tem como objetivo embasar pesquisa sobre o tema. Para tanto leia atentamente as questões e expresse sua opinião sobre os questionamentos seguintes, de modo a tornar a pesquisa, o mais próximo possível da realidade.

Não há necessidade de que você se identifique ao preencher o questionário.

Desde já agradeço a V. Sa. a inestimável contribuição, certo de que ela servirá como suporte para a elaboração de sugestões proativas para melhor prestação de serviços da PMMG.

Coloco-me à disposição de V. Sa. para quaisquer esclarecimentos adicionais necessários, através do telefone (31) 9764.0245. ou Painel Administrativo. (Cap Freitas – 48º BPM)

Agradeço a colaboração.

EVANDRO ALEXANDRE DE FREITAS, CAP PM
ALUNO DO CESP – 2010

a) Aos comandantes de Companhias e Pelotões da unidade.

Fração: _____

Orientação: As questões podem ser respondidas **marcando-se com um “x”** a alternativa que acredita ser a mais viável.

Perguntas do questionário
<p>1ª Questão – Com relação ao encerramento de ocorrência na delegacia de plantão do município de Betim, em que medida isto prejudica o seu planejamento de policiamento preventivo?</p> <p>a) () Altamente prejudicial b) () Pouco prejudicial c) () Não prejudica d) () Nenhuma das respostas acima</p>
<p>2ª Questão – O encerramento de ocorrência na delegacia de plantão do município de Betim prejudica em que intensidade o planejamento para o controle da criminalidade em sua sub-área ou setor de responsabilidade?</p> <p>a) () Altamente prejudicial b) () Pouco prejudicial c) () Não prejudica d) () Não ocorre em minha fração</p>
<p>3ª Questão – Qual é o nível de reclamação da comunidade de sua área referente à demora no atendimento, desde a solicitação até o encerramento da ocorrência na delegacia de plantão do município de Betim?</p> <p>a) () A comunidade reclama muito b) () Os níveis de reclamação são razoáveis e) () Os níveis de reclamação são baixos f) () Não existe reclamações</p>
<p>4ª Questão – Com relação à ausência da viatura em sua área de responsabilidade e os remanejamentos necessários durante o turno, em virtude dos deslocamentos para Betim, em que intensidade esta situação prejudica a fixação das viaturas em seus setores de policiamento?</p> <p>a) () Com alta intensidade. b) () Com considerável intensidade c) () Com Baixa intensidade d) () Não interfere na fixação</p>
<p>5ª Questão – Com relação ao encerramento de ocorrência na delegacia de plantão do município de Betim, com que frequência são feitas alterações na escala de serviço devido ao prolongamento do tempo de empenho das viaturas?</p> <p>a) () Acima 05 vezes no mês b) () Entre 04 e 05 vezes no mês c) () Entre 1 e 3 vezes no mês d) () Não são feitas alterações</p>

Obrigado pela contribuição!

b) Aos coordenadores do policiamento da Unidade (CPU).

Fração: _____

Orientação: As questões podem ser respondidas **marcando-se com um “x”** a alternativa que acredita ser a mais viável.

Perguntas do questionário
<p>1ª Questão – Os deslocamentos das viaturas para a delegacia de Plantão do município de Betim para encerramento das ocorrências, tem gerado prejuízos para sua coordenação do turno de serviço em que intensidade?</p> <p>a) () sim, com muita intensidade b) () sim, mas pouca intensidade c) () Não gera prejuízo d) () Nenhuma das respostas acima</p>
<p>2ª Questão – Durante o deslocamento das viaturas para encerramento de ocorrências na delegacia de Plantão do município de Betim, há o aumento da demanda reprimida (número de ocorrências em espera) no seu turno de serviço?</p> <p>a) () Sim b) () Não</p>
<p>3ª Questão – Ocorrendo os deslocamentos para encerramento das ocorrências na delegacia de Plantão do município de Betim, a demanda reprimida no seu turno, ou seja, as ocorrências não atendidas por falta de viaturas apresenta qual tendência?.</p> <p>a) () Não há aumento da demanda. b) () Há aumento da demanda, porém insignificativamente para atendimento ao público. c) () Há aumento da demanda com relativos prejuízos para o atendimento ao público. d) () Há aumento da demanda com significativos prejuízos para o atendimento ao público</p>
<p>4ª Questão – Em que medida os deslocamentos de viaturas para encerramento de ocorrências na delegacia de Plantão do município de Betim prejudica a ostensividade e o policiamento preventivo durante sua coordenação do turno de serviço?</p> <p>a) () Não prejudica b) () Prejudica um pouco c) () Prejudica Muito d) () Nenhuma das resposta acima</p>
<p>5ª Questão – Qual o tempo médio de empenho em ocorrências das viaturas quando deslocam para a delegacia de Plantão do município de Betim para encerramento de ocorrências?</p> <p>a) () Acima de 9 horas b) () Entre 6 e 9 horas c) () Entre 3 e 6 horas d) () Entre 1 e 3 horas</p>
<p>6ª Questão - você já teve cobrança por parte da comunidade em seu turno de serviço devido a demora no atendimento das ocorrências em virtude dos deslocamentos para a delegacia de Plantão do município de Betim?</p> <p>a) () Acima de 3 vezes por turno b) () De 2 a 3 vezes por turno c) () Pelo menos uma vez por turno d) () Nenhuma das respostas acima</p>

Obrigado pela contribuição!

c) Aos comandantes de viaturas PM da Unidade.

Fração: _____

Orientação: As questões podem ser respondidas **marcando-se com um “x”** a alternativa que acredita ser a mais viável.

Perguntas do questionário
<p>1ª Questão – Considerando que o turno de serviço é de 8 (oito) horas, quando há encerramento de ocorrência na delegacia de Plantão do município de Betim, normalmente você:</p> <p>a) () Não extrapola o horário de serviço b) () Extrapola o horário de serviço entre 1 e 2 horas c) () Extrapola o horário de serviço entre 2 e 4 horas d) () Extrapola o horário de serviço por mais de 4 horas.</p>
<p>2ª Questão – Em qual intensidade o encerramento de ocorrência fora do seu setor de Patrulhamento, interfere na quantidade de ocorrências geradas em seu turno de serviço?</p> <p>a) () Interfere bastante b) () Interfere pouco c) () Não interfere d) () Não ocorre em meu turno de serviço</p>
<p>3ª Questão – Com relação a distância percorrida, como você considera os deslocamentos para encerramento de ocorrência em outro município (Betim)?</p> <p>a) () Muito extenso b) () Extenso c) () Curtos d) () Não ocorre em meu turno de serviço</p>
<p>4ª Questão - Qual é a frequência dos deslocamentos para encerramento de ocorrência fora do seu setor de patrulhamento?</p> <p>a) () Acima de 3 vezes por turno b) () De 2 a 3 vezes por turno c) () Pelo menos uma vez por turno d) () Nunca ocorre em meu turno de serviço</p>
<p>5ª Questão - Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na DELEGACIA DO SEU SETOR de patrulhamento, desde o acionamento inicial até a liberação pelo COPOM quando NÃO HÁ lavratura do flagrante?</p> <p>a) () Acima de 2 horas e 30 minutos b) () Até 2 horas c) () Até 1 hora e 30 minutos d) () Até 1 hora</p>
<p>6ª Questão - Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na DELEGACIA DE PLANTÃO DO MUNICÍPIO DE BETIM, desde o acionamento inicial até o retorno ao seu local de patrulhamento, quando NÃO HÁ lavratura do flagrante?</p> <p>a) () Acima de 6 horas b) () Entre 4 e 6 horas c) () Entre 2 e 4 horas</p>

d) () Entre 1 e 2 horas

7ª Questão - Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na **DELEGACIA DO SEU** setor de patrulhamento, desde o acionamento inicial até a liberação pelo COPOM quando **HÁ** lavratura do flagrante?

- a) () Acima de 6 horas
- b) () Entre 4 e 6 horas
- c) () Entre 2 e 4 horas
- d) () Entre 1 e 2 horas

8ª Questão - Qual é o tempo que você normalmente gasta para encerrar uma ocorrência na **DELEGACIA DE PLANTÃO DO MUNICÍPIO DE BETIM**, desde o acionamento inicial até o retorno ao seu local de patrulhamento, quando **HÁ** lavratura do flagrante?

- (a) () Acima de 8 horas
- (b) () Entre 6 e 8 horas
- (c) () Entre 3 e 6 horas
- (d) () Entre 1 e 3 horas

9ª Questão - Você acredita que os deslocamentos para a delegacia de Plantão do município de Betim geram risco de acidentes para a Guarnição de radiopatrulhamento?

- a) () Sempre
- b) () Quase sempre
- e) () Raramente
- f) () Nunca

10ª Questão - Você já se envolveu em acidente com a viatura nos deslocamentos para encerramento de ocorrência na Delegacia de plantão do município de Betim? (Pode-se marcar mais de uma resposta)

- a) () 01 vez
- b) () 02 vezes
- c) () 03 vezes
- d) () Conhece alguém da sua fração que já se envolveu
- e) () Nenhuma das respostas acima

11ª Questão - Quando ocorre o encerramento de ocorrência na delegacia de plantão do município de Betim, você:

- a) () Sempre extrapola o limite estabelecido para o gasto de combustível em seu turno
- b) () Não extrapola
- c) () Às vezes extrapola
- d) () Nenhuma das respostas acima

Obrigado pela contribuição!